



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 021/2018/SEMA/MT
LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP

PROCESSO Nº 525660/2017

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2018/SEMA

TIPO MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE

DATA: 18/05/2018 HORÁRIO: 13:30

LOCAL: Será pelo Sistema SIAG, para ter acesso ao sistema eletrônico SIAG, os interessados em participar deste pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao site www.gestao.mt.gov.br, após clicar no link "Superintendência de Aquisições Governamentais", clicar "Fornecedores Acesso ao Sistema", clicar na aba "Fornecedor" após clicar no link "cadastro".

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO COLETIVA, destinados aos servidores da Secretaria de Estado de Meio Ambiente conforme as características, condições, obrigações especificadas no Termo de Referência, devendo ser observadas as especificações e quantidades, discriminadas no Anexo I – Formulário Padrão de Proposta, que faz parte integrante deste Edital.

UNIDADE DEMANDANTE: GERÊNCIA DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO - GOVT - SEMA MT

ÍNDICE

1. PREÂMBULO	2
2. DO OBJETO	2
3. DOS PROCEDIMENTOS INICIAIS	2
4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO	4
5. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL	6
6. DO CREDENCIAMENTO	6
7. DO ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS	8
8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS	11
9. DA HABILITAÇÃO	13
10. DOS RECURSOS	19
11. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO	20
12. DO CONTRATO	21
13. DO PAGAMENTO	23
14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	25
15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	27
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	27
ANEXO I - FORMULÁRIO PADRÃO DE PROPOSTA	31
ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO	42
ANEXO III-MODELO DE REQUERIMENTO DE BENEFÍCIO DE ME E EPP	43
ANEXO IV - TERMO DE REFERÊNCIA	44
ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO NEGATIVA DE INIDONEIDADE E AUSÊNCIA	66
DE FATO IMPEDITIVO PARA LICITAR COM O PODER PÚBLICO	66
ANEXO VI – MINUTA DE CONTRATO	67



1. PREÂMBULO

O ESTADO DE MATO GROSSO, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE - SEMA, criada pela Lei Complementar nº. 214, de 23 de junho de 2005, alterada pela Lei Complementar nº 566, de 20 de maio de 2015, neste ato representado por seu **ORDENADOR DE DESPESAS**, designado pela Portaria nº 250, publicada no D.O.E. do dia 19 de abril de 2016, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, em conformidade com as Leis Federais n.º 10.520/02 e n.º 8.666/93, c/c a Lei Estadual nº 7.696/02 e com os **Decretos Estaduais n.º 840/2017** e n.º 7.218/06.

A SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE – SEMA por meio de utilização de recursos de tecnologia de informação torna público para conhecimento dos interessados que o recebimento das propostas será a partir **do dia 09 de maio de 2018 até às 13h30min do dia 18 de maio de 2018**. A abertura das propostas será realizada às 14h00min do **dia 18 de maio de 2018** tendo como referência o horário de Cuiabá-MT. A licitação será regida pelas Leis nº 10.520/2002, 8.666/93, 123/2006 e pelo **Decreto nº 840/2017** e legislação pertinente.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, via INTERNET, mediante condições de segurança criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor integrante da SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, denominada Pregoeira mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo licitações da SEGES, constante da página eletrônica do Sistema de Aquisições Governamentais da SEGES – www.gestao.mt.gov.br/portaldeaquisicoes.

2. DO OBJETO

2.1 A presente licitação tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO COLETIVA, DESTINADOS AOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE**, conforme as características, condições, obrigações especificadas no Termo de Referência devendo ser observadas as especificações e quantidades, discriminadas no **Anexo I – Formulário Padrão de Proposta**, que faz parte integrante deste Edital.

3. DOS PROCEDIMENTOS INICIAIS

3.1. Para participação da licitação ou simples acompanhamento da mesma, o interessado deverá acessar, na internet, a página do SIAG – <http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/>, onde se encontra o link para o “Acesso Identificado”.

3.2. As empresas que desejarem participar do PREGÃO ELETRÔNICO deverão obrigatoriamente CADASTRAR-SE gratuitamente na plataforma eletrônica: <http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/> no campo FORNECEDOR, momento em que o representante da empresa deverá escolher login e senha, pessoal e intransferível. **Obs.: Esse cadastro não substitui os documentos de habilitação solicitados no item 9 deste edital.**

3.2.1. Após o cadastramento, o representante da empresa deverá credenciar-se e preencher no Sistema de Aquisições governamentais – SIAG sua proposta de preços.

3.2.2. Caberá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3.3. Até a data e horário previstos no **preâmbulo** os interessados poderão se cadastrar, credenciar, preencher sua proposta de preços e/ou substituir propostas comerciais no sistema eletrônico, após esse prazo as propostas não poderão ser alteradas ou retiradas pelos participantes.

3.4. O credenciado pela empresa deverá dispor de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, no site: www.gestao.mt.gov.br.

3.5. Para ter acesso ao sistema eletrônico SIAG, os interessados em participar deste pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao site www.gestao.mt.gov.br, após clicar no link “Superintendência de Aquisições Governamentais”, clicar “Fornecedores Acesso ao Sistema”, clicar na aba “Fornecedor” após clicar no link “cadastro”. **Em caso de dúvidas ligar para o “Help Desk” – Fone: (65) 3613-3606.**

3.6. A participação de licitantes em pregões eletrônicos estará vinculada à análise e aprovação do cadastro, tendo como requisito a validade de todas as certidões exigidas para o cadastramento.

3.7. A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, administrado pela Superintendência de Aquisições Governamentais, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado, do responsável legal da empresa ou

por iniciativa do Cadastro Geral de Fornecedores/MT, devidamente justificado e nas hipóteses previstas no **Decreto Estadual n. 840/2017**.

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da presente licitação, servidor de qualquer órgão ou entidade vinculado ao órgão promotor da licitação, bem como a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.

3.9. A participação no certame se dará por meio do sistema eletrônico no site www.gestao.mt.gov.br, no link "Portal de Aquisições no menu Fornecedores – "Área do Licitante", mediante digitação de login e senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente inclusão de sua proposta de preços e demais documentos solicitados na proposta de preços e na habilitação, **até 30 (trinta) minutos** antes do horário estabelecido para o início da sessão. Em caso de dúvidas acesse o site www.gestao.mt.gov.br e no menu "Aquisições" clique em download de manuais – acessar manual Pregão Eletrônico.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. A Sessão deste Pregão será pública e realizada em conformidade com este Edital na data, horário e local indicado no Preâmbulo.

4.2. A presente Licitação, em observância ao disposto na Lei Complementar nº 147/2014, destina-se **exclusivamente** à participação de MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, qualificadas como tais nos termos do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/06, em cumprimento ao disposto no art. 48, I, da Lei Complementar nº 123 de 2006.

4.2.1. A participação pela licitante que não se enquadra na definição legal reservada a essas categorias, mas se declara como tal, configura **fraude ao certame**, sujeitando a mesma à aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

4.3. A participação das microempresas e empresas de pequeno porte obedecerá às normas dispostas nos arts. 42, 43 caput e § 1º, 44, §2º e 45, § 3º da Lei Complementar 123/06, art. 3º, §1º ao §3º do Decreto Estadual 7.466/2011 e que cumpram as exigências do Edital e seus Anexos, no ato da abertura da sessão.

4.4. A empresa participante deste certame deverá estar em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e na Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, podendo ser exigida a comprovação a qualquer tempo.

4.5. Não poderão participar direta ou indiretamente da licitação:

I - Empresas em estado de falência, de concurso de credores, de dissolução ou liquidação;

II - Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto desta Licitação;

III- empresas que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com o órgão ou entidade promotora da licitação;

IV - Servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada ao órgão promotor da licitação, bem como à empresa da qual o servidor seja gerente, administrador, sócio, dirigente ou responsável técnico;

V - Cooperativas em processos licitatórios afins à prestação de serviços, quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.

4.6. A participação no certame implica aceitar todas as condições estabelecidas neste Edital.

4.7. Sob pena de inabilitação ou desclassificação, todos os documentos apresentados deverão referir-se ao mesmo CNPJ constante na proposta de preços, salvo os permitidos por lei.

4.8. Os licitantes se responsabilizam pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, assumindo todos os ônus pela preparação da proposta assim como da habilitação, não cabendo quaisquer tipos de ressarcimentos, independentemente do resultado do certame.

4.9. Conforme instituído pelos artigos 47 e 48 da Lei Complementar 147/14, fica concedido e assegurado o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte com exclusividade e reserva de cota do objeto, desde que não se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar 123/2006 e ao disposto na Lei Complementar 147/2014.

4.10. Para a participação do (s) lote (s) de Cota Reservada, a Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP deverá assinalar, em campo próprio do Sistema, no momento do credenciamento, a condição para o exercício do benefício à referida cota.

5. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

5.1. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente edital ou impugnação deverá ser encaminhado por escrito, mediante **endereço eletrônico** (licitacao1@sema.mt.gov.br) ou protocolado na Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso.

5.1.1. As petições devem ser redigidas de maneira clara, objetiva e devidamente instruídas com **assinatura, endereço, razão social, nº do processo, nº do pregão e telefone para contato**.

5.2. Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer em **até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a realização do pregão**, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entendam viciarem o mesmo, cabendo ao Pregoeiro decidir até o dia anterior à data de abertura da sessão de licitação, nos termos do art. 25 do Decreto Estadual 840/2017.

5.3. Acolhida a petição de impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, devendo-se cumprir o devido prazo legal.

5.4. Na ocorrência de impugnação de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá assegurar o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e legislação vigente.

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1. A participação no certame se dará por meio do sistema eletrônico no site <http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/>, sendo acessado pelo link "FORNECEDOR" => Acesso ao sistema", localizado no menu lateral esquerdo do portal, mediante digitação de login e senha pessoal e intransferível do representante credenciado, informando o nome do credenciado, atribuindo-lhe poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema eletrônico.

6.1.1. Caso a licitante ainda não possua login e senha, poderá providenciar o cadastro acessando o menu superior do Sistema de Aquisições "FORNECEDORES" => Informações e Serviços aos Fornecedores => Cadastro. Os procedimentos para o

cadastro estão disponibilizados para download através do arquivo denominado "COMO CRIAR LOGIN E SENHA".

6.1.1.1. As licitantes ou os seus representantes legais terão o prazo de até 03 (três) dias úteis antes da data de realização do Pregão para estar previamente cadastradas junto ao órgão provedor.

6.1.2. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu credenciado, não cabendo a SEGES a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.1.3. O cadastro deverá ser realizado com a utilização CNPJ da empresa que participará do certame, não sendo permitido o uso do CPF do representante legal da licitante.

6.2. Ao acessar o sistema, a licitante deverá:

- a) Localizar o Pregão de interesse, acessando a opção "PREGÕES" – "LANÇAR PROPOSTA", no menu lateral esquerdo do portal;
- b) Após localizar o Pregão pelo número do Edital ou número do Processo Administrativo, clicar em visualizar;
- c) Em seguida, deverá optar pela declaração de enquadramento ou não, de microempresa ou empresa de pequeno porte:

C 1) A não identificação no sistema acarretará preclusão consumativa do tratamento diferenciado e favorecido, concedido pela Lei Complementar nº 123/06 - em especial quanto ao seu artigo 3º.

6.3. O login e a senha criados pela licitante poderão ser utilizados em qualquer Pregão Eletrônico administrado por esta Superintendência de Aquisições Governamentais.

6.4. É vedado a qualquer credenciado representar mais de uma empresa proponente, salvo, nos casos de representação para itens distintos.

6.5. A licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que desejar usufruir nesta licitação do tratamento diferenciado e favorecido, concedido pela Lei Complementar nº 123/06 - em especial quanto ao seu artigo 3º, deverá declarar, no ato do seu credenciamento, em campo próprio do sistema eletrônico, sob as penas da lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando apta a usufruir o tratamento estabelecido nos arts. 42 a 49

daquela Lei Complementar. A não identificação no sistema acarretará preclusão consumativa de exercer o seu direito.

6.6. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu credenciado, não cabendo a SEGES a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.7. A solicitação de credenciamento de responsável para representar os interesses da empresa licitante junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

6.8. É vedado a qualquer credenciado representar mais de uma empresa proponente.

6.9. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

6.10. Dúvidas e informações pertinentes ao cadastramento poderão ser esclarecidas pelo telefone (65) 3613-3616, dúvidas pertinentes a: login, senhas e lançamentos de propostas devem ser reportados ao suporte do SIAG pelo fone (65)3613-3606.

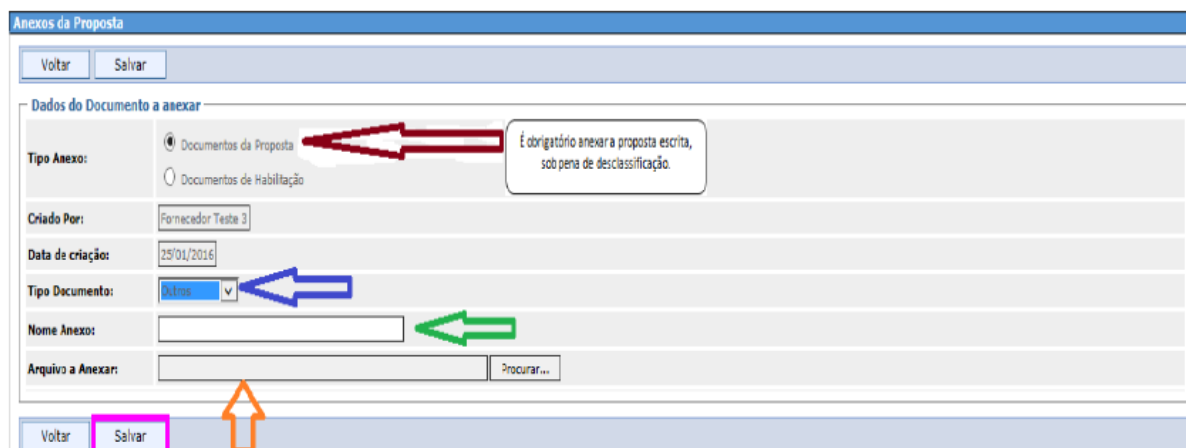
6.11. A empresa deverá anexar e encaminhar via sistema eletrônico, no ato de credenciamento, uma Declaração Negativa de Inidoneidade para licitar com o poder público (Anexo V).

7. DO ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS

7.1. Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, o licitante deverá **PREENCHER sua proposta de preços no sistema** com a descrição do objeto ofertado e o preço, apresentando o valor global até a data e hora, descritos no preâmbulo deste Edital, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

7.1.1. Após salvar a Proposta Eletrônica de Preços, o Licitante **deverá** clicar em "**ANEXO DA PROPOSTA**" para fins de anexar e enviar a **PROPOSTA DE PREÇO DE FORMA ESCRITA**, conforme o Formulário Padrão de Proposta (Anexo I), redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, sem alternativas, sem emendas, sem rasuras ou entrelinhas, devidamente datadas e assinadas na última folha e rubricadas nas demais pelo representante legal da licitante, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO.

7.1.1.1 A inclusão da dos documentos solicitados na proposta de preços e na habilitação, devem ser anexados ao sistema até 30 (trinta) minutos antes do horário estabelecido para o início da sessão. Em caso de dúvidas acesse o site www.gestao.mt.gov.br e no menu "Aquisições" clique em download de manuais – acessar manual Pregão Eletrônico.



7.1.2 O pregão eletrônico será conduzido pelo órgão ou entidade promotor da licitação, com apoio técnico e operacional da Secretaria de Estado de Gestão - SEGES/MT.

7.2 Na Proposta serão consignados:

- a) Identificação da proponente, endereço completo (rua, número, bairro, cidade, estado), números de telefone, fax, e-mail, Banco, Agência, Conta Corrente, CNPJ e Inscrição Estadual ou Municipal, ou no caso de pessoa física, CPF, e menção do número do Edital, nome do Órgão e número para o Lote;
- b) Todas as despesas com transportes, instalação, impostos, taxas ou quaisquer outros encargos, inclusive carga e descarga dos materiais/serviços;
- c) Valor total do lote também deverá estar expreso por extenso;
- d) Conter uma única cotação, com preço unitário e total em moeda corrente nacional, sendo o total expreso em algarismos e, também, por extenso, sem previsão inflacionária;
- e) Em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros, e entre os valores expressos em algarismo e por extenso, será considerado este último;



- f) Especificação com detalhamento claro e preciso para cada item, indicando todos os elementos que identifiquem perfeitamente o PRODUTO; inclusive sua marca e modelo;
- g) Prazo mínimo de validade da proposta **90 (noventa) dias**, a contar da data da realização do certame, podendo ser prorrogado por igual período;
- h) Oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;

7.3 A proponente deverá apresentar proposta da totalidade do lote.

7.4 Para efeito de julgamento das propostas, nenhuma oferta de vantagem não prevista neste Edital e seus anexos serão considerados.

7.5 Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da Licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.6 A Pregoeira poderá, no interesse da SEMA/MT, relevar excesso de formalismo nas propostas apresentadas pelos licitantes, desde que não comprometam a lisura e o caráter competitivo da licitação.

7.7 Até a data e hora estipulada no preâmbulo deste Edital, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

7.8 O licitante responsabilizar-se-á inteiramente por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes as propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

7.8.1 O licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.9 Os licitantes convocados pelo Sr. (a) Pregoeiro (a) deverão enviar a Proposta de Preços atualizada e os documentos em original ou cópia autenticada.

7.10 A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

7.11 Todas as declarações exigidas na proposta de preços deverão estar devidamente assinadas pelo responsável legal da empresa, sob pena de desclassificação do certame.

7.12 O licitante que for beneficiado pela Isenção do ICMS, conforme Regulamento do ICMS do Estado de Mato Grosso editado em conformidade com o Convênio ICMS nº 73/04, aprovado pelo CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária DEVERÁ considerar no preço proposto o desconto equivalente ao imposto dispensado, conforme modelo constante na PROPOSTA DE PREÇOS.

8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 Como requisito para a participação no pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital.

8.2 A partir do horário previsto no edital terá início à sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preço recebidas.

8.3 As proposta de Preços deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições de fornecimento detalhadas, sob pena de desclassificação, sendo acolhidas as propostas que estiverem em conformidade com o Edital.

8.4 Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances sucessivos exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos:

a) o licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado;
b) não serão aceitos 02 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

c) durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

8.5 Não serão aceitas cotações com valores unitários com mais de duas casas decimais. Caso ocorra, o valor deverá ser arredondado para menor.

8.6 A cada lance ofertado, o participante conectado será imediatamente informado de seu recebimento com seu respectivo horário de registro e valor. O lance vencedor será identificado pela cor verde.

8.7 Quando houver um único licitante ou uma única proposta válida, caberá ao Pregoeiro verificar a aceitabilidade do valor ofertado.

8.8 Na hipótese de haver lances ou propostas iguais prevalecerá como de menor valor o lance que tiver sido primeiramente registrado.

8.8.1. Em caso de não haver lances prevalecerá o descrito no item anterior.

8.9 O sistema não identificará os autores dos lances aos demais participantes.

8.10 Por iniciativa do (a) Pregoeiro (a), o sistema eletrônico emitirá aviso de que terá início do tempo aleatório (randômico) que ficará caracterizado no sistema pela palavra **DOU-LHE 1, DOU-LHE 2, DOU-LHE 3 e logo em seguida a mensagem "início do tempo randômico"**, findado este tempo, estará automaticamente encerrada a recepção de lances. O tempo randômico vai de 0(zero) até 30 (trinta) minutos, nesta fase o sistema poderá encerrar a disputa a qualquer momento desse intervalo, sem a possibilidade de intervenção do Pregoeiro (a) respeitando o limite máximo.

8.11 O sistema informará a proposta de menor valor imediatamente após o encerramento da etapa de lances, devendo os licitantes consultarem regularmente o sistema eletrônico para verificar o resultado da licitação.

8.12. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

8.13 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.14 O pregoeiro anunciará o licitante vencedor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

8.15 A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de Ata divulgada no sistema eletrônico.

8.16. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências editalícias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

8.16.1. Na situação a que se refere este subitem, o pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.17 A adjudicação do objeto da licitação será realizada quando houver ocorrido o atendimento das exigências fixadas no edital.

8.18. Em face da impossibilidade de determinação da finalização do tempo aleatório/randômico recomendam-se aos licitantes estabelecer o valor mínimo de lance antes de seu acionamento, evitando assim frustração por falta de tempo hábil para calculá-lo e apresentá-lo durante o tempo aleatório.

8.19. No caso de o Pregoeiro perder a conexão, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retomando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

8.20. Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a **30 (trinta) minutos**, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após COMUNICADO expresso aos participantes por meio do Sistema de Aquisições Governamentais no mesmo local de disponibilização do Edital. Ficando o licitante responsável pelo acompanhamento.

8.20.1. Ocorrendo à situação a que se refere o subitem anterior, o (a) Pregoeiro (a) poderá caso entenda necessário realizar COMUNICADO por meio de Aviso no Diário Oficial do Estado – DOE/MT.

8.21 A proposta realinhada, devidamente assinada, e a documentação relativa à exigência habilitatória deverão ser encaminhadas/postadas ao Pregoeiro em prazo não superior a **48 (quarenta e oito) horas**, contado a partir da finalização da sessão.

8.22 A proposta realinhada e a documentação ficarão à disposição de interessados na licitação, para que no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, contados da publicação do resultado, promovam solicitação de providência que o caso requerer.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1 Os licitantes deverão **anexar e enviar em lote**, em campo próprio via sistema eletrônico, sob pena de inabilitação, os documentos abaixo relacionados, **até 30 (trinta) minutos** antes do horário estabelecido para o início da sessão, observando-se que deverão ser encaminhados os originais, ou cópias autenticadas, ou em publicação da imprensa oficial ou em cópias simples, desde que acompanhadas dos originais para

conferência pelo Pregoeiro, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas do encerramento da sessão.

9.2. Os documentos de habilitação que deverão ser apresentados na sessão pública são os seguintes:

9.2.1 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Requerimento de empresário, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo (estatuto ou contrato social) em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; (Os documentos em apreço deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva).
- c) Cédula de identidade e CPF do responsável pela empresa.
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.2.2 DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica CNPJ, podendo ser retiradas no site: www.receita.fazenda.gov.br;
- b) Certidão Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União e Previdenciária, a mesma poderá ser retirada no site: www.receita.fazenda.gov.br;
- c) Certidão Negativa de Débito Fiscal Estadual (CND) específica para participar de licitações, onde a mesma poderá ser retirada no site: www.sefaz.mt.gov.br, para empresas sediadas no Estado de Mato Grosso, e para as empresas sediadas em outras Unidades da Federação trazer a certidão do respectivo domicílio tributário;
- d) Certidão Negativa de Débito de competência da Procuradoria Geral do Estado do respectivo domicílio tributário;

d.1) Poderão ser apresentadas as respectivas Certidões descritas nas alíneas c" e "d", de forma consolidada, de acordo com a legislação do domicílio tributário do licitante, cabendo ao Pregoeiro em caso de dúvida diligenciar para verificar a validade da certidão apresentada.

e) Certidão Negativa de Débito Municipal, expedida pela Prefeitura do respectivo domicílio tributário;

f) Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal, podendo ser retirada no site:

www.caixa.gov.br;

g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pela Justiça do Trabalho, provando a inexistência de débitos inadimplidos, nos termos da Lei n. 12.440/2011, que alterou o Decreto-Lei n. 5.452/43 (Consolidação das Leis do Trabalho) e a Lei 8.666/93 (Lei de Licitações), podendo ser retirada no site www.tst.jus.br/certidao;

9.2.2.1. Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativas, nos termos da lei de regência, para fins de comprovações fiscais e trabalhistas.

9.2.2.2. Será assegurado o benefício previsto no § 1º, artigo 43 da Lei 123/2006.

9.2.3 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA – IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou de outro indicador que o venha substituir; No caso de Microempresa ou EPP poderá ser substituído pelo DEFIS.

a.1) Sociedade criada no exercício em curso ou com menos de um ano de abertura:

a.1.1) Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio dos licitantes;

a.1.2) O balanço patrimonial, as demonstrações e o balanço de abertura deverão estar assinados pelos administradores das empresas constante do ato constitutivo, estatuto ou contrato social e por Contador legalmente habilitado.

a.1.3). Os tipos societários obrigados e/ou optantes pela Escrituração Contábil Digital – ECD, consoante disposições contidas no Decreto nº 6.022/2007, regulamentado por meio da IN nº 787/2007 da RFB e disciplinado pela IN nº 109/2008 do DNRC, apresentarão documentos extraído do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped ou por meio do site da Junta Comercial do Estado da sede da licitante, na seguinte forma:

I – Recibo de Entrega de Livro Digital transmitido por meio do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped;

II – Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário Digital extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped;

III – Balanço e Demonstração do Resultado do Exercício extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped;

IV – Requerimento de Autenticação de Livro Digital.

V – Termo de Autenticação da Junta Comercial.

b) Certidão Negativa de Falência e/ou recuperação judicial, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou execução patrimonial, expedida pelo domicílio da pessoa física, que tenha sido expedida **até 60 (sessenta) dias anteriores** à data de abertura da licitação;

9.2.4 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Atestado (s) de capacidade técnica, fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove (m) desempenhos anteriores ou atuais de forma satisfatória, compatíveis com o objeto desta licitação.

a.1). No caso de atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito privado, o mesmo preferencialmente deverá conter firma reconhecida em cartório, **caso não seja reconhecida a firma em cartório, o pregoeiro reserva-se o direito de efetuar diligência para verificar autenticidade do documento, e só depois exarar a decisão quanto a habilitação ou inabilitação.**

a.2) O Atestado deverá ser em papel timbrado contendo a identificação do signatário responsável com firma reconhecida (quando emitido por pessoa jurídica de direito privado), bem como meios de contato (telefone, e-mail, etc.) que possibilitem o Pregoeiro realizar diligências para esclarecimento de dúvidas relativas às informações prestadas.

9.2.5 DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

- a) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei n.º 8.666/93 (**Anexo II**).
- b) Declaração que não possui em seu quadro de empregados menores de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal (conforme modelo - **Anexo II**).
- c) Declaração da própria empresa de que não existe em seu quadro de empregados, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão (conforme modelo - **Anexo II**);
- d) Requerimento de benefício de ME-EPP. (Conforme modelo- **Anexo III**);
- e) Declaração Negativa de Inidoneidade para licitar com o Poder Público. (Conforme modelo- **Anexo V**);
- f) Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte emitida pela Junta Comercial;
- g). Quando **optante** pelo SIMPLES NACIONAL a Licitante deverá apresentar **Comprovante de opção pelo SIMPLES obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal**;

9.3. Os licitantes inscritos no **Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Mato Grosso** poderão apresentar o respectivo **Certificado de Inscrição e a Certidão de Índices de qualificação econômico-financeira**, em plena validade e devidamente atualizados, em substituição aos documentos relativos à **habilitação jurídica (item 9.2.1)**, **regularidade fiscal e trabalhista (item 9.2.2)** e **qualificação econômico-financeira (item 9.2.3)**.

9.4. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante, e, preferencialmente, com número do CNPJ e com o endereço respectivo, salientando que:

- a). Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou;



b) Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

c) Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

d) Os atestados de capacidade técnica/responsabilidade técnica poderão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e/ou da (s) filial (ais) da licitante.

9.5. Os documentos de **HABILITAÇÃO** apresentados sem disposição expressa do órgão expedidor quanto a sua validade, **terão o prazo de vencimento de 60 (sessenta) dias** contados a partir da data de sua emissão.

9.5.1. Excetuam-se do prazo acima mencionado, os documentos cuja validade é indeterminada, como é o caso dos atestados de capacidade ou responsabilidade técnica.

9.6. Não serão aceitos protocolos de entrega, solicitações de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

9.7. Poderá o Pregoeiro declarar qualquer fato formal, desde que não implique desobediência à legislação e for evidente a vantagem para a Administração, devendo também, se necessário, promover diligência para dirimir a dúvida, cabendo, inclusive, estabelecer um prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para a solução.

9.8. Constatando por meio da diligência o não atendimento ao estabelecido, o Pregoeiro considerará o proponente inabilitado e prosseguirá a sessão, salvo as situações que ensejarem a aplicação da Lei Complementar 123/2006 e do Decreto Estadual nº 635/2007.

9.9. O pregoeiro poderá habilitar mais de 1 (um) licitante por lote, desde que devidamente classificado para a etapa de lances e sem preterição da ordem classificatória, na forma do artigo 36 do Decreto Estadual nº 840/2017.

9.10. Constatado o atendimento das exigências de habilitação fixadas neste edital, o licitante – 1º classificado – será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

10. DOS RECURSOS

10.1. O licitante poderá, ao final da sessão de habilitação e **no prazo de até 15 (quinze) minutos**, recorrer das decisões tomadas durante a sessão da licitação, quando deverá informar resumidamente os motivos de seu inconformismo, os quais serão registrados na ata da sessão pública.

10.1.1. O Pregoeiro examinará a aceitabilidade do recurso na sessão, podendo:

- I - recusá-lo, se for relativo a decisões e atos anteriores à sessão ou absolutamente impertinentes;
- II - rever a decisão questionada, praticando os atos necessários;
- III - aceitar o recurso, para que decida sobre o mesmo após o fim do prazo para apresentação das razões e contrarrazões recursais.

10.1.2. O recorrente poderá apresentar razões recursais escritas, com a fundamentação de fato e de direito que entender cabíveis, restritas ao motivo apontado na sessão, no **prazo de 03 (três) dias úteis após o encerramento da sessão**.

10.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor.

10.3. Imediatamente após o fim do prazo para a apresentação das razões recursais escritas, os demais licitantes poderão apresentar contrarrazões escritas, também no prazo de 03 (três) dias úteis e independente de intimação.

10.4. Havendo recurso contra a decisão do Pregoeiro acerca de determinado item ou lote, este não terá efeito suspensivo para os demais.

10.5. As petições de recurso (razões e contrarrazões) deverão ser enviadas, devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social, nº do processo, nº do pregão e telefone para contato), para o endereço eletrônico: licitacao1@sema.mt.gov.br e encaminhados os documentos originais à Secretaria de Estado de Meio Ambiente, sito Centro Político e Administrativo- Palácio Paiaguás, Rua C, CEP: 78.049-913 - Cuiabá - Mato Grosso, respeitando os prazos previstos nos itens 11.1.2 e 11.1.4 desta seção.

10.5.1. Após postagem pelos correios, enviar via e-mail o comprovante de postagem para comprovação de cumprimento do prazo estabelecido neste Edital.

10.6. Não serão aceitos recursos interpostos por meio de fac-símile e similares ou cuja petição tenha sido apresentada fora do prazo ou por pessoa inabilitada para representar a empresa recorrente.

10.6.1. Não serão aceitas razões e contrarrazões recursais enviadas de forma não prevista no edital ou cuja petição tenha sido apresentada fora do prazo ou assinada por pessoa inabilitada para representar a empresa recorrente ou recorrida.

10.7. As alegações, pedidos e provas apresentadas nas razões e contrarrazões escritas do recurso devem ser restritas aos motivos apontados na interposição do recurso, durante a sessão, assim como o Pregoeiro e a autoridade competente tem obrigação de considerar apenas o que for relacionado àquele motivo, ressalvadas as irregularidades e ilegalidades que devem ser conhecidas de ofício e podem levar à anulação dos atos praticados.

10.8. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.9. Os autos do procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados, na sede da Coordenadoria de Aquisições e Contratos da SEMA/MT.

10.10. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a adjudicação para determinar a contratação.

11. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor do certame, sendo-lhe adjudicado o objeto pelo Pregoeiro (a), exceto se:

I – Houver recurso;

II – Houver apenas uma proposta válida por item ou lote.

III – o valor final ofertado ficar acima do valor estimado pela Administração.

11.2. Em havendo recurso, a autoridade competente da Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso, após deliberar sobre o mesmo e constatada a regularidade dos atos procedimentais, realizará a adjudicação do objeto ao licitante vencedor, homologando o processo licitatório.

11.3. Nas hipóteses dos incisos II e III do **item 11.1**, o (a) Pregoeiro (a) encaminhará os autos do processo para a autoridade competente, para a adjudicação e homologação do procedimento licitatório.

11.4. Não havendo interposição de recurso, o (a) Pregoeiro (a) encaminhará os autos do processo para a autoridade competente, para a homologação do procedimento licitatório.

11.5 A adjudicação do objeto ao licitante vencedor será feita pelo Pregoeiro, e ficará sujeita à homologação da autoridade competente.

11.6 Para fins de homologação, o proponente vencedor fica obrigado a apresentar nova proposta readequada acompanhada de planilha de preços, custos e insumos detalhada com base no valor ofertado na etapa de lances verbais, no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**, contados da sessão pública do Pregão, com valores correspondentes à adjudicação, a qual substituirá a original, como parte integrante do contrato, sob pena de convocação do segundo colocado.

11.7 Se o licitante não apresentar proposta atualizada no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**, poderá o pregoeiro desclassificá-la e examinar as ofertas subsequentes, bem como a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

11.7.1 Nas hipóteses acima, garantida a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à licitante advertência, multas, suspensão ou declará-la inidônea, sendo informado à Secretaria de Estado de Gestão, para providência quanto ao registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado.

12. DO CONTRATO

12.1 Homologada a licitação pela Autoridade Competente, o adjudicatário terá o prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contados da data da convocação, para assinar o Termo de Contrato, conforme minuta do **Anexo VI**. Caso a adjudicatária seja uma empresa estrangeira, este prazo poderá ser adiado até 15 (quinze) dias.

12.1.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Contratante poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite do adjudicatário, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito igualmente no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da data de seu recebimento.

12.1.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

12.2 A vigência do presente contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura do Contrato,

12.3 Como condição para celebração do Contrato, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação, sob pena de aplicação das sanções cabíveis e rescisão contratual.

12.4 Quando, no ato da assinatura do contrato, o proponente vencedor da licitação não apresentar as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação, será convocado outro licitante habilitado, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

12.5 Se o licitante vencedor recusar-se a assinar o contrato, injustificadamente, será aplicada a regra estabelecida no parágrafo anterior.

12.6 Da Execução do contrato

12.6.1 A entrega dos produtos será **sob demanda**, devendo ser realizada em até **60 (sessenta) dias úteis** contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento, na Gerência de Almoxarifado e acompanhada pela Gerência de Qualidade de Vida no Trabalho, das 13 às 18hs.

12.6.2 Antes da entrega definitiva dos materiais, e em até 20 dias do recebimento da ordem de fornecimento, deverá ser agendado com a Gerência de Qualidade de Vida no Trabalho (pelo telefone 3613-7332) visita para apresentação de amostra dos materiais, juntamente com a especificação técnica, de acordo com as especificações do item 7 e o **anexo I do Termo de Referência nº. 081/GQVT/2017** sendo que a amostra não fará parte da quantidade dos itens solicitados.

Após a homologação das especificações técnicas da amostra a empresa terá até 30 dias para fazer a entrega definitiva, em única parte, dos materiais descritos na Ordem de Fornecimento;

12.6.3 No ato do recebimento será emitido um termo de recebimento provisório para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação técnica. Assim, o Contratante terá **7 (sete) dias** para sua análise e, aceitando o material, emitirá o recebimento definitivo do objeto.

12.6.4. Havendo necessidade de adequação e/ou substituição do objeto, estas deverão ser feitas, pelo Contratado, **no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis**, após o recebimento da solicitação, às suas expensas.

12.7. Não será permitido subcontratar, ceder ou transferir no total ou parcial a entrega do produto;

12.8 Pela inexecução total ou parcial do avençado a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a CONTRATADA/ADJUDICATÁRIA as sanções de que tratam os artigos 86 a 88 da Lei Federal n.º 8.666/93, além da multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do contrato, por dia em que, sem justa causa, a CONTRATADA/ADJUDICATÁRIA não cumprir as obrigações assumidas ou cumpri-las em desacordo com o estabelecido neste Pregão Eletrônico, até o máximo de 10 (dez) dias corridos, quando, então incidirá em outras cominações legais.

12.9. Demais obrigações constantes na Minuta de contrato (ANEXO VI), e outras, conforme legislação vigente.

13. DO PAGAMENTO

13.1 O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE em favor da CONTRATADA, mediante nota de ordem bancária a ser depositada em conta corrente, no valor correspondente, na data fixada de acordo com o artigo 41 do Decreto nº 1.349/2018, bem como, em conformidade Decreto Estadual nº 8.199/2006 e Decreto Estadual nº 840/2017.

13.2 A licitante vencedora indicará no corpo da Nota Fiscal/fatura o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária, bem como o número do contrato, descrição detalhada do objeto entregue/serviço prestado e dados da ordem de serviço, dados do convênio conforme página 1, deste edital.

13.2.1 Caso constatado alguma irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, esta deverá ser devolvida ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

13.3 Junto com as Notas Fiscais a CONTRATADA deverá **obrigatoriamente apresentar**, sem as quais fica impossibilitada a efetivação da liquidação do pagamento:

a) Certidão Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União e Previdenciária, a mesma poderá ser retirada no site: www.receita.fazenda.gov.br;

b) Certidão Negativa de Débito Fiscal Estadual (CND) específica para participar de licitações, onde a mesma poderá ser retirada no site: www.sefaz.mt.gov.br, para empresas sediadas no Estado de Mato Grosso, e para as empresas sediadas em outras Unidades da Federação trazer a certidão do respectivo domicílio tributário;

c) Certidão Negativa de Débito de competência da Procuradoria Geral do Estado do respectivo domicílio tributário;

c.1) Poderão ser apresentadas as respectivas Certidões descritas nas alíneas c" e "d", de forma consolidada, de acordo com a legislação do domicílio tributário do licitante, sendo que será necessária a comprovação da possibilidade legal de emissão conjunta, anexando cópia da legislação vigente.

d) Certidão Negativa de Débito Municipal, expedida pela Prefeitura do respectivo domicílio tributário;

e) Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal, podendo ser retirada no site: www.caixa.gov.br;

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pela Justiça do Trabalho, provando a inexistência de débitos inadimplidos, nos termos da Lei n. 12.440/2011, que alterou o Decreto-Lei n. 5.452/43 (Consolidação das Leis do Trabalho) e a Lei 8.666/93 (Lei de Licitações), podendo ser retirada no site www.tst.jus.br/certidao;

13.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da licitante vencedora.

13.5. Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

13.6 As Notas Fiscais/Faturas devem ser emitidas em nome de ESTADO DE MATO GROSSO, com o CNPJ nº. 03.507.415/0023-50 e protocoladas na Gerência de Protocolo da CONTRATANTE, com todos os documentos necessários para pagamento, indicando a Gerência de Qualidade de Vida como setor de destino e como interessada a própria CONTRATADA, para serem devidamente conferidas e atestadas pelo fiscal de contrato;

13.6.1. Caso a CONTRATADA não tenha escritório ou representante no município sede da CONTRATANTE, a mesma poderá encaminhar a Nota Fiscal e respectivos documentos exigidos no pagamento via correio, no seguinte endereço: Rua C esquina com a Rua F, Centro Político Administrativo, aos cuidados da Gerência de Qualidade de Vida no Trabalho.

13.7 O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao produto, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade e garantia.

13.8 A partir de 1º de dezembro de 2010, as operações de vendas destinadas à Órgão Público da Administração Federal, Estadual e Municipal, deverão ser acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica, conforme Protocolo ICMS42/2009, recepcionado pelo Artigo 198-A-5-2 do RICMS. Informações através do site www.sefaz.mt.gov.br/nfe.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 c/c Artigo 114 do Decreto nº 840/2017 e Artigos 86, 87, 88 e 93 da Lei nº 8.666/93).

14.1 O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital sujeita a adjudicatária a multas, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, na forma seguinte:

14.1.1 Quanto à obrigação da retirada da Nota de Empenho no prazo estabelecido:

- a) atraso até 05 (cinco) dias, multa de 2 % (dois por cento);
- b) partir do 6º (sexto) até o limite do 10º (décimo) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso.

14.1.2 Quanto ao atraso na assinatura do contrato, retirada/recebimento da ordem de fornecimento, quanto às obrigações de solução de quaisquer problemas com os itens adquiridos, e, quanto à aceitação de acréscimos e supressões no valor total da adjudicação:

- a) Atraso até 2 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento);
- b) A partir do 3º (terceiro) até o limite do 5º (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º (sexto) dia de atraso.

14.1.3. Se a contratada/adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho, assinar o Contrato e/ou receber a Ordem de Fornecimento, injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura do mesmo, garantida prévia e ampla defesa, se sujeita às seguintes penalidades:

- a) **Multa** de até 10% sobre o valor adjudicado;
- b) **Suspensão** temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a SEMA, por prazo de até 5 (cinco) anos, e;
- c) **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que

será concedida sempre que a adjudicatária ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

14.2 Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a SEMA poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à adjudicatária multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

14.3 São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:

14.3.1. Não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obra prevista em contrato ou instrumento equivalente;

14.3.2 Retardamento imotivado de fornecimento de bens, da execução de obra, de serviço ou de suas parcelas;

14.3.3 Paralisação do serviço ou de fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública Estadual;

14.3.4 Entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;

14.3.5 Alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;

14.3.6 Prestação de serviço de baixa qualidade;

14.4 A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas no item **14.1.3.**

14.5 A licitante, adjudicatária/contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na **execução do contrato/ordem de fornecimento**, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

14.6 A multa, eventualmente imposta à adjudicatária/contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês. Caso a adjudicatária não tenha nenhum valor a

receber deste Órgão do Estado de Mato Grosso, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo, ainda a SEMA proceder a cobrança judicial da multa.

14.7. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a SEMA.

14.8. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

14.9 O licitante que impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, assegurado o contraditório e a ampla defesa, incorrerá em pena de detenção, de **6 (seis) meses a 02 (dois) anos**, e multa, nos termos do artigo 93 da Lei 8.666/93.

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da aquisição, objeto desta Licitação, correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO, por meio da seguinte Dotação Orçamentária:

Unidade Orçamentária: 27101
Programa: 394
Unidade Gestora: 02
Projeto\ Atividade: 2125
Região: 9900
Medida: 02
Tarefa: 03
Fonte: 195
Natureza da despesa: 339030

15.2 As despesas decorrentes do objeto desta Licitação, no exercício seguinte, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do mesmo.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de **diligência destinada a esclarecer ou complementar** a instrução do

processo, sendo vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

16.2 A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

16.2.1 A anulação do procedimento induz a do **contrato/da ordem de fornecimento**.

16.2.2 Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do **contrato/ordem de fornecimento**.

16.3 A licitante fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, de acordo com o disposto no artigo 65, § 1º da lei nº 8.666/93.

16.4 Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a **SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE - SEMA/MT** não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.5 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

16.6 Após apresentação da proposta, não caberá desistência, sujeitando-se as penalidades previstas no **item 16.1.1** do presente edital, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo (a) Pregoeiro(a).

16.7 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local, anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

16.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na **SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE – SEMA/MT**.

16.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação, e a

exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

16.10 As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato/**ordem de fornecimento**.

16.11 O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o de Cuiabá-MT, com exclusão de qualquer outro.

16.12 Qualquer pedido de esclarecimentos, em relação ao presente Edital e seus Anexos, deverá ser encaminhado Via Protocolo na SEMA, ou correios, via Sedex, **ou ainda por meio do endereço eletrônico licitacao1@sema.mt.gov.br**, endereçado a Comissão de Licitação da SEMA, **até 03 (três) dias úteis** antes da data da abertura do Pregão sob pena de não conhecimento.

16.12.1 Os esclarecimentos estarão disponíveis aos interessados no site da SEMA/MT (http://www.sema.mt.gov.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=803&Itemid=718) e no site da SEGES (<https://aquisicoes.sad.mt.gov.br/sgc/faces/pub/sgc/central/EditalPageList.jsp>), sendo de responsabilidade do licitante estar atento aos mesmos e a quaisquer alterações no Edital, não podendo alegar disto desconhecimento.

16.13 A homologação do resultado desta licitação não gera direito à contratação, mas mera expectativa de direito.

16.14 Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes da Lei 10.520/2002, da Lei 8.666/93 e do **Decreto Estadual nº 840/2017**.

16.15 Havendo alterações no instrumento convocatório, as mesmas serão aplicadas também às **minutas de contrato/ordem de fornecimento**.

16.16 São partes integrantes deste Edital:

a) Anexo I – Formulário Padrão de Proposta.

b) Anexo II – Modelo da Declaração de: - Inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

- Que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, de perigo ou insalubre, nem menor de dezesseis anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, artigo 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em conformidade a Lei Federal nº 9.854/02.



- Que não possui em seu quadro servidor público do Poder Executivo Estadual exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º da Lei 8.666/93 e inciso X do artigo 144, da Lei Complementar nº 04/90).

- c) Anexo III - Requerimento de benefício de ME-EPP.
- d) Anexo IV- Termo de Referência nº. 081-GQVT/2017 elaborado pelo setor demandante
- e) Anexo V – Declaração Negativa de Inidoneidade e ausência de fato impeditivo para licitar com o Poder Público.
- f) Anexo VI – Minuta de Contrato.

Cuiabá, 07 de maio de 2018.

Valdinei Valério da Silva

Ordenador de Despesa Secretário Adjunto de Administração Sistêmica
SEMA/MT



ANEXO I - FORMULÁRIO PADRÃO DE PROPOSTA

Pregão n.º _____
DIA ____/____/____ ÀS ____:____ HORAS.
Razão Social: _____ CNPJ nº: _____
Endereço: _____
Fone: _____ Fax: _____ E-mail: _____
Agência: _____ Conta Corrente: _____ Banco: _____

LOTE 001

ITEM	ESPECIFICAÇÃO OBJETO	MARCA/MO DELO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Camiseta manga longa com proteção solar mínimo de 50 FPS, cor caqui, gola V. Ribana da gola e das mangas na cor atlântico. Bordado o brasão do estado de mato grosso no lado esquerdo do peito e, logo abaixo, bordado com a escrita "SEMA-MT" na cor atlântico. Bordado a bandeira do estado de mato grosso na manga direita. Silk impresso nas costas na cor atlântico com a escrita "SEMA-MT". Cores, símbolos e escritas conforme o Anexo 1 do termo de referência. Tamanhos P,M E G. Unidade		100	R\$ _____	R\$ _____
02	Camiseta manga curta cor caqui, gola V. Ribana da gola e das mangas na cor atlântico. Bordado o brasão do estado de mato grosso no lado esquerdo do peito e, logo abaixo, bordado com a escrita "SEMA-MT" na cor atlântico. Bordado a bandeira do estado de mato grosso na manga direita. Silk impresso nas costas na cor atlântico com a escrita "SEMA-MT". Cores, símbolos e		100		



	escritas conforme o Anexo 1 do termo de referência. Tamanhos P, M E G. Unidade.				
VALOR TOTAL:					R\$ _____

OBS: PARA OS ITENS EM QUE NÃO ESTEJAM DESCRITAS AS GARANTIAS MÍNIMAS, A GARANTIA MÍNIMA SERÁ DE 90 (NOVENTA) DIAS.

LOTE 002

ITEM	ESPECIFICAÇÃO OBJETO	MARCA/ MODELO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Gandola em tecido rip stop em armação sarja 2/1, peso 238 g/m ² (+/- 5%), composição 67% poliéster e 33% algodão, cor caqui, de acordo com amostra apresentada, com as seguintes características dianteira: vista com botões embutidos de 4 cm de largura da gola até a bainha, contendo 7 botões de 4 furos na cor caqui, fixados desde a altura da gola equidistantes 10 cm, medidos de centro a centro de cada botão. Gola: aberta, tipo esporte, entrelada, toda pespontada em costura dupla até o seu término. Bolso: serão em número de 04 (quatro), sendo os dois bolsos superiores levemente inclinados para o centro, chapados na altura do peito, cantos inferiores quebrados medindo 15x13 cm, prega fêmea (interna) de 3 cm, com tampa (pala) na mesma cor do tecido medindo 15x7 cm, cantos inferiores quebrados e fechamento em velcro de 2 cm de largura e comprimento		100	R\$ _____	R\$ _____



	<p>proporcional ao bolso. As costuras laterais dos bolsos deverão ser duplas com travetes de 5000 pontos nos quatro cantos inferiores dos bolsos. Manga: comprida e punho fechado por zíper de metal e uma tira para aperto do mesmo, tecido medindo 7 cm de comprimento por 3,5 cm de largura fixada por velcro de 2 cm de largura e comprimento proporcional, contendo na altura do cotovelo um reforço de tecido medindo 14 cm de largura por 16 cm de comprimento, fixado através de costuras duplas. Traseira: lisa. Cinta: cordão para aperto embutido por dentro, na altura da cinta. Platina: serão em número de 02, entreteladas, medindo de 14x5 cm, serão fixadas nos ombros, terão as pontas em ângulo obtuso onde conterà uma casa e fechamento com botão, sendo a costura dupla em sua lateral. Bandeira do estado de Mato Grosso: medindo 60x45 mm, a ser fixada na manga direita, abaixo 7 cm da costura superior da manga, com ângulo obtuso em posição correta, sendo a mesma confeccionada no tecido brim, de tintura firme de cor azul, em bordados correntes. Logomarca da secretaria de estado do meio ambiente – SEMA-MT a ser costurado na manga esquerda, abaixo 7 cm da costura superior. Cores, símbolos e escritas conforme o Anexo 1 do termo de referência Unidade.</p>				
--	---	--	--	--	--



02	<p>Calça em tecido rip stop em armação sarja 2/1, peso 238 g/m² (+/- 5%), composição 67% poliéster e 33% algodão, cor caqui, de acordo com amostra apresentada, com as seguintes Características: bolsos serão em número de 04, chapados, com prega fêmea (interna) de 3 cm, sendo 02 na parte lateral, medindo 15x13 cm, com tampas (pala) medindo 13x7 cm e 02 na parte traseira medindo 16x14 cm, com tampa (pala) medindo 14x7 cm, tendo os cantos inferiores dos bolsos e das palas quebrados e fechamento com velcro de 2 cm de largura e comprimento proporcional ao bolso. As costuras laterais dos bolsos deverão ser duplas com travetes de 5000 pontos nos quatro cantos inferiores dos bolsos. Talho: sem bainha, com elástico na boca da calça. Cintura: com no mínimo 06 passadores externos para cinto medindo 1,5 cm de largura. O cóis de 4,5 cm de largura deverá contar dois panos e ser entretelado, sendo fechado por 01 botão. Braguilha: forrada e fechada por zíper de nylon de primeira qualidade na mesma cor do tecido. Pespondo de três costuras na parte traseira passando pelo fundo da calça (gancho) indo até o acabamento de fixação abaixo do zíper. Detalhes: sobreposto duplo tipo meia lua no gancho na parte traseira e um reforço duplo de tecido medindo 18 cm de largura por 22 cm de comprimento na</p>	100			
----	--	-----	--	--	--



	altura do joelho, fixado através de costuras duplas. Numeração de 36 à 54. Cor e símbolo conforme o Anexo 1 Unidade.				
03	Chapéu legionário, com proteção de nuca e orelha preso por botões. Cor caqui. Silk impresso na copa cor atlântico com a escrita "SEMA-MT". Cores, símbolos e escritas conforme o Anexo 1 Unidade		100		
04	Perneira de segurança, com as seguintes características mínimas: confeccionada em material sintético (bidim de no mínimo 3 mm) com no mínimo 3 talas de proteção em polietileno frontal e lateral, costuradas eletronicamente, fechamento com tiras ajustáveis presos por rebites com catem. Múltiplas cintas de ajuste lateral para proporcionar um ajuste seguro. Unidade		100		
05	Abafador cônico de ruído: protetor auricular tipo concha, com espuma fixada internamente, confeccionado em plástico, não condutor de eletricidade. Selo do abafador fabricado em espuma revestida com vinil na cor preta, com arco que permita regulagem e facilite o uso de qualquer tipo de usuário. Atenuação de 24 decibéis, conforme ansi 12.6/1997. Unidade.		20		
06	Lanterna tática de aplicação policial, tamanho de proximamente 2 (duas) polegadas e meia, formato circular, lâmpadas de 120 (cento e vinte) lumens, corpo cilíndrico na		50		



	cor preto fosco, acionamento na retaguarda da lanterna e cordão de prendê-la ao punho, baterias recarregáveis e carregador. Unidade.				
07	Colete em brim pesado na cor caqui, com 4 bolsos cobertos, tela na lateral, com bordado de 35.000 pontos e serigrafia nas costas com símbolo do órgão/entidade solicitante. Cores, símbolos e escritas conforme o Anexo 1. Unidade.		100		
08	Bota de alto desempenho, impermeável, com cano alto, para uso em operações táticas e policiamentos ostensivos em condições de alta solicitação, fabricado com materiais de grande resistência e de primeira qualidade, proporcionando conforto, segurança e durabilidade. Lateral interna da parte inferior constituído de latão de 8,5mm de diâmetro, com duas arruelas (2 perfurações); f) palmilha de montagem: em couro (cabeça) de primeira qualidade, com espessura mínima de 3mm, depois de calibrada. Deverá ser reforçada com papelão próprio para esse fim, para que o calçado não deforme com o uso; g) palmilha de limpeza: palmilha conformada em p.u. de 0,5mm de espessura para dar maior conforto e redução do impacto, forrado com tecido 100% poliamida, leve de odores, secagem rápida, anti bactericida, anti fungo, anti transpirante e		80		



	<p>lavável; h) ilhoses: em número de 11 (onze) pares para cada pé, de alumínio na cor preta com aproximadamente 9mm de diâmetro externo; i) aviamentos: de 1ª qualidade, sendo que as costuras do reforço da gáspea, reforço frontal, partes dianteira e traseira do cano deverão ser feita com linha 40 (quarenta), e as demais com linha 60, ambas de nylon; j) solado: borracha látex legítima, em forma de uni sola (sola e salto em peça única) antiderrapante, com canaleta para bloqueação, tendo como polímero básico, borracha. Espessura da planta: 10mm, altura do salto: 29mm, antiderrapante: 05mm; k) sistema de montagem: blaqueada (entre palmilha cabedal e sola, costura feita com 2(dois) fios e dupla laçada, sendo um n.º 3 (três) poliéster e outro n.º 4 (quatro) de nylon encerado; l) atacador: em poliéster na cor preta, com ponteiros resinada, comprimida ou plastificada, e comprimento de 1.80cm; m) alma: de aço (esquino) plaqueta de aço colocada entre o papelão de reforço e a palmilha, destinada a impedir a flexão excessiva do solado e manter a forma do calçado, deverá ser de aço carbono 1.045, com as seguintes dimensões; espessura: 1,5mm, largura: 10,0mm, comprimento: 100,0mm. Tratamento superficial contra ferrugem; n) cano: 1- a altura do cano será conforme a tabela abaixo em milímetros: tamanho</p>				
--	--	--	--	--	--



	34, comprimento 190mm, chave 130mm, boca 120mm; tamanho 35, comprimento 195mm, chave 130mm, boca 120mm; tamanho 36, comprimento 200mm, chave 130mm, boca 120mm; tamanho 37, comprimento 205mm, chave 130mm, boca 120mm; tamanho 38, comprimento 210mm, chave 140mm, boca 125mm; tamanho 39, comprimento 2215mm, chave 140mm, boca 130mm; tamanho 40, comprimento 220mm, chave 140mm, boca 135mm; tamanho 41, comprimento 225mm, chave 150mm, boca 135mm; tamanho 42, comprimento 230mm, chave 150mm, boca 140mm; tamanho 43, comprimento 235mm, chave 160mm, boca 145mm; tamanho 44, comprimento 240mm, chave 170mm, boca 145mm; tamanho 45, comprimento 245mm, chave 180mm, boca 150mm; tamanho 46, comprimento 250mm, chave 180mm, boca 150mm. Numeração: 36 ao 44. PR				
VALOR TOTAL:					R\$ _____

OBS: PARA OS ITENS EM QUE NÃO ESTEJAM DESCRITAS AS GARANTIAS MÍNIMAS, A GARANTIA MÍNIMA SERÁ DE 90 (NOVENTA) DIAS.

LOTE 003

ITEM	ESPECIFICAÇÃO OBJETO	MARCA/ MODELO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Colete salva vidas para navegação em águas (rios, lagos, represas, etc.) homologado pela		100	R\$ _____	R\$ _____



	<p>Marinha, de acordo com a legislação e norma Nº 176/2010, NORMAN 05/DPC. Esse modelo desvira uma pessoa desacordada em até 5 segundos. Tamanhos P = De 25 Kg a 35 Kg M = De 35 a 55 Kg G = De 55 a 110 Kg GG = Acima de 110 Kg Apito : Apito laranja com amarração e bolso. (APITO NÃO INCLUSO) Fechos : Três fechos acetel 40 mm para ajuste de cintura e peito. Dois fechos acetel 25 mm nas fitas entrepernas. Tirantes : Tirantes de polipropileno para ajuste na cintura, peito e entrepernas. Origem Produto Brasileiro. Detalhes: Acabamento em vinil preto para maior conforto e durabilidade. Informações de classe e cuidados de uso na parte interna do colete. Logomarca aplicada por termo transferência, na cor padrão do órgão solicitante. Garantia mínima de 01 ano. Unidade.</p>				
VALOR TOTAL:					R\$ _____

OBS: PARA OS ITENS EM QUE NÃO ESTEJAM DESCRITAS AS GARANTIAS MÍNIMAS, AS MESMAS SERÃO DE 90 (NOVENTA) DIAS.

LOTE 004

ITEM	ESPECIFICAÇÃO OBJETO	MARCA/ MODELO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Protetor solar FPS 60 loção, com apresentação em frasco entre 100 a 120ml, acondicionados em embalagem original do fabricante,		100	R\$ _____	R\$ _____



	com o nome do responsável técnico, o lote, data de fabricação, de validade de no mínimo, 18 meses (ou no mínimo prazo de validade igual a 75% da validade final do produto) e a inscrição proibido a venda no comércio estampados na parte externa. Frasco				
02	Protetor solar hipoalergênico com FPS 50, com apresentação em frasco entre 100 a 120ml, acondicionados em embalagem original do fabricante, com o nome do responsável técnico, o lote, data de fabricação, de validade de no mínimo, 18 meses (ou no mínimo prazo de validade igual a 75% da validade final do produto) e a inscrição proibido a venda no comércio estampados na parte externa. Frasco		100	R\$ _____	R\$ _____
03	Repelente spray eficaz contra: mosquitos, pernilongos, carrapatos, borrachudos, muriçocas, pulgas, entre outros, proteção por até 5 horas. Fácil aplicação. Embalagem de 200 ml, contendo dados do fabricante data de fabricação, prazo de validade. Unidade.		100	R\$ _____	R\$ _____
VALOR TOTAL:					R\$ _____

OBS: PARA OS ITENS EM QUE NÃO ESTEJAM DESCRITAS AS GARANTIAS MÍNIMAS, AS MESMAS SERÃO DE 90 (NOVENTA) DIAS.

LOTE 005

ITEM	ESPECIFICAÇÃO OBJETO	MARCA/ MODELO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
------	-------------------------	------------------	--------	-------------------	----------------



01	Capa de chuva em pvc laminado, soldada eletronicamente, com manga e capuz e botões de pressão no fechamento. Com faixas refletivas. Unidade.		50	R\$ _____	R\$ _____
VALOR TOTAL:					R\$ _____

OBS: PARA OS ITENS EM QUE NÃO ESTEJAM DESCRITAS AS GARANTIAS MÍNIMA, AS MESMAS SERÃO DE 90 (NOVENTA DIAS).

LOTE 006

ITEM	ESPECIFICAÇÃO OBJETO	MARCA/ MODELO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Kit de primeiros socorros deve Incluir: 1 Tesoura de 9 cm, 1 Manta de emergência (210 cm x 160 cm), 1 Bandagem triangular (96 cm x 96 cm x 136 cm), 1 Torniquete (2,5 cm x 36 cm), 1 Atadura para dedo (2,5 cm x 450 cm), 2 Gazes (5 cm x 5 cm), 1 Lanterna de mão (10 cm x 5,5 cm x 2,5 cm), 1 Assobio de liga de alumínio, 1 Cartão multifunções, 3 Toalhas de álcool desinfetante, 1 Bandagem elástica (8 cm x 400 cm), 1 Manual de uso, 1 Bolsa de primeiros socorros, 10 Band-aid, 10 Álcool pad, 1 Saco de gelo, 1 Tecido não elástico. Unidade		20	R\$ _____	R\$ _____
VALOR TOTAL:					R\$ _____

OBS: PARA OS ITENS EM QUE NÃO ESTEJAM DESCRITAS AS GARANTIAS MÍNIMAS, AS MESMAS SERÃO DE 90 (NOVENTA) DIAS.

Validade da Proposta: _____

Local e Data: _____

(Nome e assinatura do representante legal e carimbo de CNPJ da empresa)



ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO

(Papel timbrado da empresa)

Ref.: Edital de PREGÃO ELETRÔNICO N°. 000/2018 – SEMA/MT

(Nome da Empresa) _____, CNPJ N° _____, sediada na Rua _____, n° ____, bairro, _____, CEP _____ Município, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Pregão 000/2018/SEMA, DECLARA, sob as penas da lei, que:

- Não possui existência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, salvo se declarado;
- Não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigosos ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, art. 27, da Lei 8.666/93, com redação determinada pela Lei nº 9.854/99;
- Não possui em seu quadro de pessoal servidor público do Poder Executivo Estadual exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º da Lei 8.666/93 e inciso X, da Lei Complementar nº 04/90).

(Local e Data)

(Nome e assinatura do representante legal e carimbo de CNPJ da empresa)



ANEXO III-MODELO DE REQUERIMENTO DE BENEFÍCIO DE ME E EPP

REQUERIMENTO DO BENEFÍCIO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO E DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (Lei Complementar nº 123/2006)

Solicitamos na condição de MICROEMPRESA/EMPRESA DE PEQUENO PORTE, que na participação no PREGÃO Nº 000/2018/SEMA/MT, seja dado o tratamento diferenciado concedido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

Declaramos que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

Como prova da referida condição, apresentamos o seguinte documento anexo (assinalar o documento que apresentou junto com o requerimento):

() Comprovante de opção pelo SIMPLES obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal (www.receita.fazenda.gov.br);

() CERTIDÃO emitida pela Junta Comercial, na forma do art. 8º da Instrução Normativa nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC;

Local e Data

(Identificação e assinatura do Representante Legal)

ANEXO IV - TERMO DE REFERÊNCIA

1. TERMO DE REFERÊNCIA / PROJETO BÁSICO Nr 081-GQVT/CGP/2017

2. Informações Orçamentárias:

- 2.1. Programa: 394
- 2.2. Função: 18
- 2.3. Unidade Orçamentária: 27101
- 2.4. Subfunção: 541
- 2.5. Ação: 2125
- 2.6. Subação: 4
- 2.7. Tarefa: 2

3. Unidade demandante:

GERÊNCIA DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO-GQVT - SEMA MT

4. Fiscal do Contrato:

- 4.1. Fiscal Titular: LETICIA BATISTA DE SOUZA
- 4.2. Fiscal Substituto: Evelyn Cristina São Pedro Lara

5. Informações financeiras:

5.1. Detalhamento:

Projeto/Atividade/Ação	Fonte	Região	Classificação da Despesa	Valor (R\$)
2125	240	9900	339030000	
Custo Estimado para 2017				
2125	240	9900	339030000	
Custo Estimado para 2018				
Custo Estimado Total				

5.2. Origem do recurso: Não se aplica

6. Objeto Sintético:

Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual e Equipamentos de Proteção Coletiva destinados aos servidores da Secretaria de Estado do Meio Ambiente conforme especificações contidas neste Termo de Referência e seus anexos.

6.1. Especificação detalhada do objeto:

Os itens 1, 2, 3, 4 5 e 14 devem ter cores, símbolos e escritas conforme Anexo 1 . Os itens 3,4 e 14 deverão ser confeccionados de acordo com o modelo a ser entregue a empresa vencedora do certame juntamente com a ordem de fornecimento.

7. Planilha Descritiva do Objeto:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	UNID. DE MEDIDA	CODIGO SIAG	QTDD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Camiseta manga longa com proteção solar mínimo de 50 FPS, cor caqui, gola V. Ribana da gola e das mangas na cor atlântico. Bordado o brasão do estado de mato grosso no lado esquerdo do peito e, logo abaixo, bordado com a escrita "SEMA-MT" na cor atlântico. Bordado a bandeira do estado de mato grosso na manga direita. Silk impresso nas costas na cor atlântico com a escrita "SEMA-MT". Cores, símbolos e escritas conforme o Anexo 1. Tamanhos P,M E G.	UN	1064639	100		
2	Camiseta manga curta cor caqui, gola V. Ribana da gola e das mangas na cor atlântico. Bordado o brasão do estado de mato grosso no lado esquerdo do peito e, logo abaixo, bordado com a escrita "SEMA-MT" na cor atlântico. Bordado a bandeira do estado de mato grosso na manga direita. Silk impresso nas costas na cor atlântico com a escrita "SEMA-MT". Cores, símbolos e escritas conforme o Anexo 1. Tamanhos P, M E G.	UN	1064641	100		
3	Gandola em tecido rip stop em armação sarja 2/1, peso 238 g/m ² (+/- 5%), composição 67% poliéster e 33% algodão, cor caqui, de acordo com amostra apresentada, com as seguintes características dianteira: vista com botões embutidos de 4 cm de largura da gola até a bainha, contendo 7 botões de 4 furos na cor caqui, fixados desde a altura da gola equidistantes 10 cm, medidos de centro a centro de cada botão. Gola: aberta, tipo esporte, entrelada, toda pespontada em costura dupla até o seu término. Bolso: serão em número de 04 (quatro), sendo os dois bolsos superiores levemente inclinados para o centro, chapados na altura do peito, cantos inferiores quebrados medindo 15x13 cm, prega fêmea (interna) de 3 cm, com tampa (pala) na mesma cor do tecido medindo 15x7 cm, cantos inferiores quebrados e fechamento em velcro de 2 cm de largura e comprimento proporcional ao bolso. As costuras laterais dos bolsos deverão ser duplas com travetes de 5000 pontos nos quatro cantos inferiores dos bolsos. Manga: comprida e punho fechado por zíper de metal e uma tira para aperto	UNI	1064642	100		

	do mesmo, tecido medindo 7 cm de comprimento por 3,5 cm de largura fixada por velcro de 2 cm de largura e comprimento proporcional, contendo na altura do cotovelo um reforço de tecido medindo 14 cm de largura por 16 cm de comprimento, fixado através de costuras duplas. Traseira: lisa. Cinta: cordão para aperto embutido por dentro, na altura da cinta. Platina: serão em número de 02, entreteladas, medindo de 14x5 cm, serão fixadas nos ombros, terão as pontas em ângulo obtuso onde conterà uma casa e fechamento com botão, sendo a costura dupla em sua lateral. Bandeira do estado de Mato Grosso: medindo 60x45 mm, a ser fixada na manga direita, abaixo 7 cm da costura superior da manga, com ângulo obtuso em posição correta, sendo a mesma confeccionada no tecido brim, de tintura firme de cor azul, em bordados correntes. Logomarca da secretaria de estado do meio ambiente - SEMA-MT a ser costurado na manga esquerda, abaixo 7 cm da costura superior. Cores, símbolos e escritas conforme o Anexo 1					
4	Calça em tecido rip stop em armação sarja 2/1, peso 238 g/m ² (+/- 5%), composição 67% poliéster e 33% algodão, cor caqui, de acordo com amostra apresentada, com as seguintes características: bolsos serão em número de 04, chapados, com prega fêmea(interna) de 3 cm, sendo 02 na parte lateral, medindo 15x13 cm, com tampas (pala) medindo 13x7 cm e 02 na parte traseira medindo 16x14 cm, com tampa (pala) medindo 14x7 cm, tendo os cantos inferiores dos bolsos e das palas quebrados e fechamento com velcro de 2 cm de largura e comprimento proporcional ao bolso. As costuras laterais dos bolsos deverão ser duplas com travetes de 5000 pontos nos quatro cantos inferiores dos bolsos. Talho: sem bainha, com elástico na boca da calça. Cintura: com no mínimo 06 passadores externos para cinto medindo 1,5 cm de largura. O cóis de 4,5 cm de largura deverá contar dois panos e ser entretelado, sendo fechado por 01 botão. Braguilha: forrada e fechada por zíper de nylon de primeira qualidade na mesma cor do tecido. Pespondo de três costuras na parte traseira passando pelo fundo da calça (gancho) indo até o acabamento de fixação abaixo do zíper. Detalhes: sobreposto duplo tipo meia lua no gancho na parte traseira e um reforço duplo de tecido medindo 18 cm de largura por 22 cm de comprimento na altura do joelho, fixado através de costuras duplas. numeração de 36 à 54. Cor e símbolo conforme o Anexo 1	UNI	1064643	100		
5	Chapéu legionário, com proteção de nuca e orelha preso por botões. Cor caqui. Silk impresso na copa cor atlântico com a escrita "SEMA-MT". Cores, símbolos e escritas conforme o Anexo 1.	UNI	1064644	100		
6	Colete salva vidas para navegação em águas (rios, lagos, represas, etc.) homologado pela Marinha, de acordo com a legislação e norma Nº 176/2010,	UNI	X	100		



	NORMAN 05/DPC. Esse modelo desvira uma pessoa desacordada em até 5 segundos. Tamanhos P = De 25 Kg a 35 Kg M = De 35 a 55 Kg G = De 55 a 110 Kg GG = Acima de 110 Kg Apito : Apito laranja com amarração e bolso.(APITO NÃO INCLUSO) Fechos : Três fechos acetal 40 mm para ajuste de cintura e peito. Dois fechos acetal 25 mm nas fitas entrepernas. Tirantes : Tirantes de polipropileno para ajuste na cintura, peito e entrepernas. OrigemProduto Brasileiro. Detalhes: Acabamento em vinil preto para maior conforto e durabilidade. Informações de classe e cuidados de uso na parte interna do colete. Logomarca aplicada por termotransferência., na cor padrão do órgão solicitante. Garantia mínima de 01 ano. Unidade.					
7	Perneira de segurança, com as seguintes características mínimas: confeccionada em material sintético (bidim de no mínimo 3 mm) com no mínimo 3 talas de proteção em polietileno frontal e lateral, costuradas eletronicamente, fechamento com tiras ajustáveis presos por rebites com catem. Múltiplas cintas de ajuste lateral para proporcionar um ajuste seguro. Unidade	UN	1050681	100		
8	Protetor solar FPS 60 loção, com apresentação em frasco entre 100 a 120ml, acondicionados em embalagem original do fabricante, com o nome do responsável técnico, o lote, data de fabricação, de validade de no mínimo, 18 meses (ou no mínimo prazo de validade igual a 75% da validade final do produto) e a inscrição proibido a venda no comércio estampados na parte externa. Frasco	FR	48019	100		
9	Protetor solar hipoalergênico com FPS 50, com apresentação em frasco entre 100 a 120ml, acondicionados em embalagem original do fabricante, com o nome do responsável técnico, o lote, data de fabricação, de validade de no mínimo, 18 meses (ou no mínimo prazo de validade igual a 75% da validade final do produto) e a inscrição proibido a venda no comércio estampados na parte externa. Frasco	FR	X	100		
10	Abafador cônico de ruído: protetor auricular tipo concha, com espuma fixada internamente, confeccionado em plástico, não condutor de eletricidade. Selo do abafador fabricado em espuma revestida com vinil na cor preta, com arco que permita regulagem e facilite o uso de qualquer tipo de usuário. Atenuação de 24 decibéis, conforme ansi s 12.6/1997. Unidade.	UN	1032855	20		
11	Lanterna tática de aplicação policial, tamanho de aproximadamente 2 (duas) polegadas e meia, formato circular, lâmpadas de 120 (cento e vinte) lumens, corpo cilíndrico na cor preto fosco, acionamento na retaguarda da lanterna e cordão de prendê-la ao	UN	1002896	50		

	punho, baterias recarregáveis e carregador. Unidade.					
12	Capa de chuva em pvc laminado, soldada eletronicamente, com manga e capuz e botões de pressão no fechamento. Com faixas refletivas. Unidade.	UN	1056317	50		
13	Kit de primeiros socorros deve Incluir: 1 Tesoura de 9 cm, 1 Manta de emergência (210 cm x 160 cm), 1 Bandagem triangular (96 cm x 96 cm x 136 cm), 1 Tourniquete (2,5 cm x 36 cm), 1 Atadura para dedo (2,5 cm x 450 cm), 2 Gazes (5 cm x 5 cm), 1 Lanterna de mão (10 cm x 5,5 cm x 2,5 cm), 1 Assobio de liga de alumínio, 1 Cartão multifunções, 3 Toalhas de álcool desinfetante, 1 Bandagem elástica (8 cm x 400 cm), 1 Manual de uso, 1 Bolsa de primeiros socorros, 10 Band-aid, 10 Álcool pad, 1 Saco de gelo, 1 Tecido não elástico.	UN	1064647	20		
14	Colete em brim pesado na cor caqui, com 4 bolsos cobertos, tela na lateral, com bordado de 35.000 pontos e serigrafia nas costas com símbolo do órgão/entidade solicitante. Cores, símbolos e escritas conforme o Anexo 1. Unidade.	UN	1064648	100		
15	Repelente spray eficaz contra: mosquitos, pernilongos, carrapatos, borrachudos, muriçocas, pulgas, entre outros, proteção por até 5 horas. Fácil aplicação. Embalagem de 200 ml, contendo dados do fabricante data de fabricação, prazo de validade. Unidade.	UN	1022224	100		
16	Bota de alto desempenho, impermeável, com cano alto, para uso em operações táticas e policiamentos ostensivos em condições de alta solicitação, fabricado com materiais de grande resistência e de primeira qualidade, proporcionando conforto, segurança e durabilidade. Lateral interna da parte inferior constituído de latão de 8,5mm de diâmetro, com duas arruelas (2 perfurações); f)palmilha de montagem: em couro (cabeça) de primeira qualidade, com espessura mínima de 3mm, depois de calibrada. Deverá ser reforçada com papelão próprio para esse fim, para que o calçado não deforme com o uso; g)palmilha de limpeza: palmilha conformada em p.u. de 0,5mm de espessura para dar maior conforto e redução do impacto, forrado com tecido 100% poliamida, leve de odores, secagem rápida, anti bactericida, anti fungo, anti transpirante e lavável; h)ilhoses: em número de 11 (onze) pares para cada pé, de alumínio na cor preta com aproximadamente 9mm de diâmetro externo; i)aviamentos: de 1ª qualidade, sendo que as costuras do reforço da gáspea, reforço frontal, partes dianteira e traseira do cano deverão ser feita com linha 40 (quarenta), e as demais com linha 60, ambas de nylon; j)solado: borracha látex legítima, em forma de unisola (sola e salto em peça única) anti-derrapante, com canaleta para blaqueação, tendo como polímero básico, borracha. Espessura da	UN	1064637	80		



planta: 10mm, altura do salto: 29mm, anti-derrapante: 05mm; k)sistema de montagem: blaqueada (entre palmilha cabedal e sola, costura feita com 2(dois) fios e dupla laçada, sendo um n.º 3 (três) poliéster e outro n.º 4 (quatro) de nylon encerado; l)atacador: em poliéster na cor preta, com ponteiros resinada, comprimida ou plastificada, e comprimento de 1.80cm; m)alma: de aço (esquino) plaqueta de aço colocada entre o papelão de reforço e a palmilha, destinada a impedir a flexão excessiva do solado e manter a forma do calçado, deverá ser de aço carbono 1.045, com as seguintes dimensões; espessura: 1,5mm, largura: 10,0mm, comprimento: 100,0mm. Tratamento superficial contra ferrugem; n)cano: 1- a altura do cano será conforme a tabela abaixo em milímetros: tamanho 34, comprimento 190mm, chave 130mm, boca 120mm; tamanho 35, comprimento 195mm, chave 130mm, boca 120mm; tamanho 36, comprimento 200mm, chave 130mm, boca 120mm; tamanho 37, comprimento 205mm, chave 130mm, boca 120mm; tamanho 38, comprimento 210mm, chave 140mm, boca 125mm; tamanho 39, comprimento 215mm, chave 140mm, boca 130mm; tamanho 40, comprimento 220mm, chave 140mm, boca 135mm; tamanho 41, comprimento 225mm, chave 150mm, boca 135mm; tamanho 42, comprimento 230mm, chave 150mm, boca 140mm; tamanho 43, comprimento 235mm, chave 160mm, boca 145mm; tamanho 44, comprimento 240mm, chave 170mm, boca 145mm; tamanho 45, comprimento 245mm, chave 180mm, boca 150mm; tamanho 46, comprimento 250mm, chave 180mm, boca 150mm. Numeração: 36 ao 44.					
TOTAL					

8. Justificativa Técnica da Aquisição:

Os materiais e/ou equipamentos (EPI's) atendem demandas de segurança e saúde do trabalho, visando preservar a integridade física e a saúde dos servidores da Secretaria de Estado de Meio Ambiente.

Os EPIs são essenciais para garantir a proteção dos servidores, tanto em relação às possíveis ameaças à saúde, quanto para a segurança durante atividades específicas.

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente necessita prover com os equipamentos e materiais de segurança os servidores que executam a fiscalização, a fim de minimizar a ocorrência de acidentes e doenças do trabalho, em atendimento à Legislação de Segurança Normatizada pela Norma Regulamentadora de número 06, denominada "Equipamentos de Proteção Individual" que prescreve em seu item 6.3 que "A empresa é

obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento”.

9. Resultados Esperados:

- * Melhorias na saúde e segurança no ambiente de trabalho da Secretaria e nas fiscalizações e vistorias realizadas *in loco*;
- * Redução dos índices de afastamentos por Doenças Osteomusculares Relacionados ao Trabalho;
- * Redução dos índices de absenteísmo por problemas de saúde;
- * Melhorar a gestão do ambiente, recursos e condições de trabalho, oferecidas ao servidor;
- * Melhorar a Gestão da Qualidade de Vida no Trabalho, possibilitando a construção e manutenção de uma cultura e clima organizacional favorável à valorização profissional, pessoal, satisfação do cliente e resultados.

10. Público Alvo:

Diretorias Regionais de Confresa, Cáceres, Rondonópolis, Guarantã do Norte, Barra do Garças, Juína, Tangará da Serra e Sinop.

11. Requisitos para apresentação da proposta:

11.1. Necessita de vistoria?

Não

11.2. Perfil da Empresa e/ou do Profissional a ser contratada:

Não se aplica.

12. Entrega do bem e/ou execução do serviço:

12.1. Tipo de Entrega: Sob demanda

12.2. Prazo de entrega:

12.2.1. Da emissão da ordem de fornecimento:

Após a emissão do empenho, em caso de ser entrega em parcela única

12.2.2. Da entrega dos produtos:

Os produtos deverão ser entregues em até 60 dias úteis, após o recebimento da Ordem de Fornecimento, pelo fornecedor.

12.3. Local, horário e endereço de entrega do bem/realização do serviço

12.3.1. Local da entrega:

Outro, conforme indicado no endereço de entrega

12.3.2. Horário de entrega:

Os equipamentos devem ser entregues de segunda à sexta-feira, no horário das 13:00 as 18:00.

12.3.3. Endereço da entrega:

Secretaria de Estado de Meio Ambiente Rua F, esquina com Rua C -
Palácio Paiaguás - Centro Político Administrativo (CPA) Cuiabá/MT

12.4. Condições para recebimento (Provisório/Definitivo) – art. 73 e 74 da lei 8.666/93

Após o recebimento provisório, caso seja constatada incorreções sanáveis, será concedido o prazo de até 0 dias úteis para a correção e será feito novo recebimento provisório;

Depois de verificada a conformidade com a especificação, qualidade e quantidade, será feito o recebimento definitivo no prazo de até 0 dias.

12.5. Metodologia de Acompanhamento:

Antes da entrega definitiva dos materiais, e em até 20 dias do recebimento da ordem de fornecimento, deverá ser agendado com a Gerência de Qualidade de Vida no Trabalho (pelo telefone 3613-7332) visita para apresentação de amostra dos materiais, juntamente com a especificação técnica, de acordo com as especificações do item 9.2, sendo que a amostra não fará parte da quantidade dos itens solicitados.

Após a homologação das especificações técnicas da amostra a empresa terá até 30 dias para fazer a entrega definitiva, em única parte, dos materiais descritos na Ordem de Fornecimento

13. Vigência do contrato:

12 meses.

14. Forma de pagamento:

Sob demanda.

15. Obrigações Específicas do objeto:

15.1. Da Contratante:

- 1- Acompanhar, fiscalizar, supervisionar, gerir e conferir a entrega dos produtos;
- 2 - Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações do edital, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE;
- 3 - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas no presente edital;
- 4 - Comunicar à CONTRATADA sobre possíveis irregularidades observadas na entrega dos produtos para ciência, providências cabíveis e imediata correção;-
- 5 - Receber os produtos entregues pela CONTRATADA, desde que estejam em conformidade com o objeto contratado;
- 6 - Devolver com a devida justificativa, qualquer produto e/ou serviços entregue fora dos padrões e normas constantes da proposta da CONTRATADA;
- 7 - A Contratante enviará à Contratada a arte final necessária à confecção das camisetas, que poderá ser igual ou diferente a do modelo constante no Anexo I.
- 8 - Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

15.2. Da Contratada:

- 1 - Efetuar a entrega dos equipamentos, de acordo com as especificações constantes no item 8 acima, dentro do prazo estipulado no item 13.2 a 13.2.2 e conforme a Ordem de Fornecimento.
- 2 - Providenciar a substituição, no prazo de 20 dias úteis, dos equipamentos que apresentarem defeito estando em garantia, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação vigente, bem como substituir os equipamentos que apresentarem defeito mais de uma vez durante o período de garantia;
- 3 - Efetuar a substituição de forma rápida, eficaz e eficiente, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE;
- 4 - Será responsável pelo fornecimento dos bens dentro dos padrões adequados de qualidade e segurança e demais quesitos previstos na lei 8.078/90, assegurando todos os direitos inerentes à qualidade de

consumidor a SEMA/MT;

5 - Atender todas as obrigações constantes na lei 8.666/93 e Dec. Est. 7.217 e alterações Decreto Estadual n.º 218 de 14/03/06.

Responsabilizar-se pela entrega dos produtos, sob pena de responder pelos danos causados a Administração;

6 - Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto adjudicado, sem prévia e expressa anuência da Secretaria de Estado de Meio Ambiente;

7 - Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem, nos termos do Art. 65, § 1º, da Lei Federal n. 8.666/93;

8 - Manter, durante a duração do contrato, todas as condições de idoneidade exigidas nesta licitação; mais especificamente nas condições exigidas para os documentos de habilitação relativos à regularidade fiscal, de modo que as certidões devem estar válidas ou mesmo renovadas, durante o período de contratação.

16. Das Garantias:

16.1. Garantia do objeto

Toda aquisição/contratação tem garantia legal (art. 26, Lei Nº 8.078/1990), sendo 30 (trinta) dias para serviços e produtos não duráveis e 90 (noventa) dias para serviços e produtos duráveis.

Caso haja necessidade de garantia com prazo superior à legal, informar abaixo:

Garantia do objeto

Toda aquisição/contratação tem garantia legal (art. 26, Lei Nº 8.078/1990), sendo 30 (trinta) dias para serviços e produtos não duráveis e 90 (noventa) dias para serviços e produtos duráveis.

16.2. Contratual (Facultativa): Contratual: a qual se limita a até 5% do valor contratado (por caução, seguro-garantia e fiança), conforme previsto no art. 56 da Lei 8.666/93.

17. Das Sanções Administrativas do objeto:

1 - No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com o Contratante, as sanções administrativas aplicadas à Contratada serão:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

1.1 - O atraso no prazo de fornecimento dos produtos implicará multa correspondente a 1% por dia, calculado sobre o valor total do contrato, até o limite de 30% desse valor.

1.2 - Caracterizarão o descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas nos incisos III e IV do caput desta cláusula:

I - a interrupção do fornecimento dos produtos por período superior a 30 dias;

II - a verificação de atraso na entrega dos produtos por mais de 10 dias consecutivos;

III - a verificação de atraso na entrega dos produtos por mais de 30 dias não consecutivos.

1.3 - A multa a que se refere a sub cláusula primeira será descontada dos pagamentos devidos pelo Contratante, da garantia contratual ou cobrada diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

1.4 - Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente e indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério do Contratante.

1.5 - Sempre que não houver prejuízo para o Contratante, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a seu critério.

1.6 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da lei.

18. Legislação específica aplicada ao objeto / Parecer específico, se houver:

Não se aplica.

19. Considerações:

Não se aplica.

20. Protocolo:

525660/2017

TELEFONE DA UNIDADE
RESPONSÁVEL: 3613-7332

FONTE DE RECURSO: 240

20/03/2018



Evelyn Cristina São Pedro Lara
Responsável pela Elaboração do T.R.
25/09/2017

Aprovado

LETICIA BATISTA DE SOUZA
Responsável pela Especificação Técnica
25/09/2017

Aprova

LETICIA BATISTA DE SOUZA
Gerente da Unidade
25/09/2017

Aprovado

Maíra Carla Rodrigues
Coordenador/Superintendente da Unidade
25/09/2017

Aprova

Fatima Aparecida de Carvalho
Coordenadoria de Orçamento
26/09/2017

Existência de Saldo Orçamentário no
PTA/LOA

Daniel Lobaig de Miranda
Coordenadoria Financeira
26/09/2017

Registrado na programação financeira

Anexo I

ANEXO 1 – MODELOS DE CORES, SÍMBOLOS E ESCRITAS DAS CAMISETAS



Figura 01: Cores da camiseta. Cor caqui (principal) e Atlântico (ribanas).



Figura 02: Brasão do Estado de Mato Grosso a ser alocado no lado esquerdo do peito, com a escrita “SEMA-MT” logo abaixo, na cor Atlântico.



Figura 03: Bandeira do Estado de Mato Grosso a ser alocada na manga direita.

FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL SEMA-MT

Figura 04: Modelo para silk impresso nas costas, na cor Atlântico.

ANEXO 2 – MODELO DE UNIFORME - CONJUNTO DE CALÇA E GANDOLA - CORES, SÍMBOLOS E ESCRITAS

LOTE 002 – ITEM



* OBS: GANDOLA TER 4 BOLSOS FRONTAIS, CONFORME DESCRIÇÃO





LOTE 002 – ITEM 02







Tamanho do Brasão 8x8cm



Tamanho do Bordado 8x 6cm



Tamanho do Bordado “Fiscalização SEMA-MT” 21x 7cm

ANEXO 3 – MODELO DE COLETE - CORES, SÍMBOLOS E ESCRITAS

LOTE 002 – ITEM 07



Figura 01: Modelo para silk impresso nas costas, na cor Atlântico.



* OBS: COLETE TERÁ 4 BOLSOS FRONTAIS, CONFORME DESCRIÇÃO



Figura 02: Brasão do Estado de Mato Grosso a ser alocado no lado esquerdo do peito, com a escrita “SEMA-MT” logo abaixo, na cor Atlântico.

SEMA
SECRETARIA DE ESTADO
DE MEIO AMBIENTE

Figura 03: Modelo para silk impresso nas costas, na cor Atlântico.



ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO NEGATIVA DE INIDONEIDADE E AUSÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO PARA LICITAR COM O PODER PÚBLICO

(Papel Timbrado da Empresa)

À
A/C

Assunto: Declaração Negativa de Inidoneidade e Ausência de Fato Impeditivo para Licitar com o Poder Público.

Declaro, sob as penas da lei, para os devidos fins, que a empresa_____ não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, e que comunicarei qualquer fato impeditivo ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto a capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira, nos termos do parágrafo 2º do artigo 32 da Lei nº 8.666/93 alterado pela Lei nº 9.648/98.

(Data, Nome e assinatura do responsável legal pela empresa) por representante legal do proponente.



ANEXO VI – MINUTA DE CONTRATO

*TERMO DE CONTRATO Nº
_____/2017/SEMA QUE ENTRE SI
CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO DE
MEIO AMBIENTE E A EMPRESA*

O ESTADO DE MATO GROSSO, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE – SEMA, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.507.415/0023-50, criada pela Lei Complementar n.º 214, de 23 de junho de 2005, alterada pela Lei Complementar n.º 566, de 20 de maio de 2015, com sede na Rua C, esquina com a Rua F, Palácio Paiaguás, Centro Político Administrativo - CPA, nesta Capital, neste ato representada pelo Secretário Executivo de Meio Ambiente, Sr. XXX, brasileiro, casado, portador do RG n.º. XXX e do CPF n.º. XXX, nomeado pelo Ato Governamental n.º XXX de XXX, com suas atribuições definidas na Portaria n.º XXX, publicada em XXX, doravante denominada **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ: _____, localizada a _____, telefone: _____, representada pelo(a) Senhor(a) _____, portador(a) do RG: _____ e do CPF: _____, aqui denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, em conformidade com o **Processo n.º 525660/2018/SEMA**, com o **Pregão Eletrônico n.º 000/2018/SEMA/MT**, sujeitando-se aos termos da lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Decreto Estadual n.º. 840/2017 e suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente termo de contrato tem por objeto **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO COLETIVA DESTINADOS AOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE**, conforme condições e especificações constantes no **Edital de Pregão Eletrônico n.º 000/2018/SEMA/MT** e seus anexos, no Termo de Referência n.º. 081 - GQVT/2017 e anexos, que fazem parte integrante deste, bem como nas cláusulas deste instrumento.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E PREÇO

2.1. O preço para o objeto contratado é o constante da proposta apresentada no Pregão Eletrônico n.º 000/2018/SEMA/MT, conforme discriminação abaixo:

LOTE 001

ITEM	ESPECIFICAÇÃO OBJETO	MARCA/MO DELO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Camiseta manga longa com proteção solar mínimo de 50 FPS, cor caqui, gola V. Ribana da gola e das mangas na cor atlântico. Bordado o brasão do estado de mato grosso no lado esquerdo do peito e, logo abaixo, bordado com a escrita "SEMA-MT" na cor atlântico. Bordado a bandeira do estado de mato grosso na manga direita. Silk impresso nas costas na cor atlântico com a escrita "SEMA-MT". Cores, símbolos e escritas conforme o Anexo 1 do termo de referência. Tamanhos P, M E G. Unidade		100	R\$ _____	R\$ _____
02	Camiseta manga curta cor caqui, gola V. Ribana da gola e das mangas na cor atlântico. Bordado o brasão do estado de mato grosso no lado esquerdo do peito e, logo abaixo, bordado com a escrita "SEMA-MT" na cor atlântico. Bordado a bandeira do estado de mato grosso na manga direita. Silk impresso nas costas na cor atlântico com a escrita "SEMA-MT". Cores, símbolos e escritas conforme o Anexo 1 do termo de referência. Tamanhos P, M E G. Unidade		100		
VALOR TOTAL:					R\$ _____

LOTE 002

ITEM	ESPECIFICAÇÃO OBJETO	MARCA/ MODELO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Gandola em tecido rip stop em armação sarja 2/1, peso 238 g/m ² (+/- 5%), composição 67% poliéster e 33% algodão, cor caqui, de acordo com amostra apresentada, com as seguintes características dianteira: vista com botões embutidos de 4 cm de largura da gola até a bainha, contendo 7 botões de 4 furos na cor caqui, fixados desde a altura da gola equidistantes 10 cm, medidos de centro a centro de cada botão. Gola: aberta, tipo esporte, entrelada, toda pespontada em costura dupla até o seu término. Bolso: serão em número de 04 (quatro), sendo os dois bolsos superiores levemente inclinados para o centro, chapados na altura do peito, cantos inferiores quebrados medindo 15x13 cm, prega fêmea (interna) de 3 cm, com tampa (pala) na mesma cor do tecido medindo 15x7 cm, cantos inferiores quebrados e fechamento em velcro de 2 cm de largura e comprimento proporcional ao bolso. As costuras laterais dos bolsos deverão ser duplas com travetes de 5000 pontos nos quatro cantos inferiores dos bolsos. Manga: comprida e punho fechado por		100	R\$ _____	R\$ _____



	zíper de metal e uma tira para aperto do mesmo, tecido medindo 7 cm de comprimento por 3,5 cm de largura fixada por velcro de 2 cm de largura e comprimento proporcional, contendo na altura do cotovelo um reforço de tecido medindo 14 cm de largura por 16 cm de comprimento, fixado através de costuras duplas. Traseira: lisa. Cinta: cordão para aperto embutido por dentro, na altura da cinta. Platina: serão em número de 02, entreteladas, medindo de 14x5 cm, serão fixadas nos ombros, terão as pontas em ângulo obtuso onde conterà uma casa e fechamento com botão, sendo a costura dupla em sua lateral. Bandeira do estado de Mato Grosso: medindo 60x45 mm, a ser fixada na manga direita, abaixo 7 cm da costura superior da manga, com ângulo obtuso em posição correta, sendo a mesma confeccionada no tecido brim, de tintura firme de cor azul, em bordados correntes. Logomarca da secretaria de estado do meio ambiente – SEMA-MT a ser costurado na manga esquerda, abaixo 7 cm da costura superior. Cores, símbolos e escritas conforme o Anexo 1 do termo de referência. Unidade				
02	Calça em tecido rip stop em armação sarja 2/1, peso 238 g/m ² (+/- 5%), composição 67% poliéster e 33% algodão, cor caqui, de acordo com amostra apresentada, com as seguintes		100		



	<p>Características: bolsos serão em número de 04, chapados, com prega fêmea (interna) de 3 cm, sendo 02 na parte lateral, medindo 15x13 cm, com tampas (pala) medindo 13x7 cm e 02 na parte traseira medindo 16x14 cm, com tampa (pala) medindo 14x7 cm, tendo os cantos inferiores dos bolsos e das palas quebrados e fechamento com velcro de 2 cm de largura e comprimento proporcional ao bolso. As costuras laterais dos bolsos deverão ser duplas com travetes de 5000 pontos nos quatro cantos inferiores dos bolsos. Talho: sem bainha, com elástico na boca da calça. Cintura: com no mínimo 06 passadores externos para cinto medindo 1,5 cm de largura. O cós de 4,5 cm de largura deverá contar dois panos e ser entretelado, sendo fechado por 01 botão. Braguilha: forrada e fechada por zíper de nylon de primeira qualidade na mesma cor do tecido. Pespondo de três costuras na parte traseira passando pelo fundo da calça (gancho) indo até o acabamento de fixação abaixo do zíper. Detalhes: sobreposto duplo tipo meia lua no gancho na parte traseira e um reforço duplo de tecido medindo 18 cm de largura por 22 cm de comprimento na altura do joelho, fixado através de costuras duplas. Numeração de 36 à 54. Cor e símbolo conforme o Anexo 1 do termo de referência. Unidade</p>				
--	--	--	--	--	--



03	Chapéu legionário, com proteção de nuca e orelha preso por botões. Cor caqui. Silk impresso na copa cor atlântico com a escrita "SEMA-MT". Cores, símbolos e escritas conforme o Anexo 1 do termo de referência. Unidade.		100		
04	Perneira de segurança, com as seguintes características mínimas: confeccionada em material sintético (bidim de no mínimo 3 mm) com no mínimo 3 talas de proteção em polietileno frontal e lateral, costuradas eletronicamente, fechamento com tiras ajustáveis presos por rebites com catem. Múltiplas cintas de ajuste lateral para proporcionar um ajuste seguro. Unidade		100		
05	Abafador cônico de ruído: protetor auricular tipo concha, com espuma fixada internamente, confeccionado em plástico, não condutor de eletricidade. Selo do abafador fabricado em espuma revestida com vinil na cor preta, com arco que permita regulagem e facilite o uso de qualquer tipo de usuário. Atenuação de 24 decibéis, conforme ansi 12.6/1997. Unidade.		20		
06	Lanterna tática de aplicação policial, tamanho de proximamente 2 (duas) polegadas e meia, formato circular, lâmpadas de 120 (cento e vinte) lumens, corpo cilíndrico na cor preto fosco, acionamento na retaguarda da lanterna e cordão de prendê-la ao punho, baterias		50		



	recarregáveis e carregador. Unidade.				
07	Colete em brim pesado na cor caqui, com 4 bolsos cobertos, tela na lateral, com bordado de 35.000 pontos e serigrafia nas costas com símbolo do órgão/entidade solicitante. Cores, símbolos e escritas conforme o Anexo 1. Unidade.		100		
08	Bota de alto desempenho, impermeável, com cano alto, para uso em operações táticas e policiamentos ostensivos em condições de alta solicitação, fabricado com materiais de grande resistência e de primeira qualidade, proporcionando conforto, segurança e durabilidade. Lateral interna da parte inferior constituído de latão de 8,5mm de diâmetro, com duas arruelas (2 perfurações); f) palmilha de montagem: em couro (cabeça) de primeira qualidade, com espessura mínima de 3mm, depois de calibrada. Deverá ser reforçada com papelão próprio para esse fim, para que o calçado não deforme com o uso; g) palmilha de limpeza: palmilha conformada em p.u. de 0,5mm de espessura para dar maior conforto e redução do impacto, forrado com tecido 100% poliamida, leve de odores, secagem rápida, anti bactericida, anti fungo, anti transpirante e lavável; h) ilhoses: em número de 11 (onze) pares para cada pé, de alumínio na cor preta com		80		



	<p>aproximadamente 9mm de diâmetro externo; i)aviamentos: de 1ª qualidade, sendo que as costuras do reforço da gáspea, reforço frontal, partes dianteira e traseira do cano deverão ser feita com linha 40 (quarenta), e as demais com linha 60, ambas de nylon; j)solado: borracha látex legítima, em forma de uni sola (sola e salto em peça única) antiderrapante, com canaleta para bloqueação, tendo como polímero básico, borracha. Espessura da planta: 10mm, altura do salto: 29mm, antiderrapante: 05mm; k) sistema de montagem: blaqueada (entre palmilha cabedal e sola, costura feita com 2(dois) fios e dupla laçada, sendo um n.º 3 (três) poliéster e outro n.º 4 (quatro) de nylon encerado; l)atacador: em poliéster na cor preta, com ponteiros resinada, comprimida ou plastificada, e comprimento de 1.80cm; m)alma: de aço (esquino) plaqueta de aço colocada entre o papelão de reforço e a palmilha, destinada a impedir a flexão excessiva do solado e manter a forma do calçado, deverá ser de aço carbono 1.045, com as seguintes dimensões; espessura: 1,5mm, largura: 10,0mm, comprimento: 100,0mm. Tratamento superficial contra ferrugem; n)cano: 1- a altura do cano será conforme a tabela abaixo em milímetros: tamanho 34, comprimento 190mm, chave 130mm, boca 120mm; tamanho 35, comprimento 195mm, chave</p>				
--	---	--	--	--	--



	130mm, boca 120mm; tamanho 36, comprimento 200mm, chave 130mm, boca 120mm; tamanho 37, comprimento 205mm, chave 130mm, boca 120mm; tamanho 38, comprimento 210mm, chave 140mm, boca 125mm; tamanho 39, comprimento 2215mm, chave 140mm, boca 130mm; tamanho 40, comprimento 220mm, chave 140mm, boca 135mm; tamanho 41, comprimento 225mm, chave 150mm, boca 135mm; tamanho 42, comprimento 230mm, chave 150mm, boca 140mm; tamanho 43, comprimento 235mm, chave 160mm, boca 145mm; tamanho 44, comprimento 240mm, chave 170mm, boca 145mm; tamanho 45, comprimento 245mm, chave 180mm, boca 150mm; tamanho 46, comprimento 250mm, chave 180mm, boca 150mm. Numeração: 36 ao 44. PAR				
VALOR TOTAL:					R\$ _____

LOTE 003

ITEM	ESPECIFICAÇÃO OBJETO	MARCA/ MODELO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Colete salva vidas para navegação em águas (rios, lagos, represas, etc.) homologado pela Marinha, de acordo com a legislação e norma N° 176/2010, NORMAN 05/DPC. Esse modelo desvira uma pessoa desacordada		100	R\$ _____	R\$ _____



	<p>em até 5 segundos. Tamanhos P = De 25 Kg a 35 Kg M = De 35 a 55 Kg G = De 55 a 110 Kg GG = Acima de 110 Kg Apito : Apito laranja com amarração e bolso. (APITO NÃO INCLUSO) Fechos : Três fechos acetel 40 mm para ajuste de cintura e peito. Dois fechos acetel 25 mm nas fitas entrepernas. Tirantes : Tirantes de polipropileno para ajuste na cintura, peito e entrepernas. Origem Produto Brasileiro. Detalhes: Acabamento em vinil preto para maior conforto e durabilidade. Informações de classe e cuidados de uso na parte interna do colete. Logomarca aplicada por termo transferência, na cor padrão do órgão solicitante. Garantia mínima de 01 ano. Unidade.</p>				
VALOR TOTAL:					R\$ _____

LOTE 004

ITEM	ESPECIFICAÇÃO OBJETO	MARCA/MODELO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	<p>Protetor solar FPS 60 loção, com apresentação em frasco entre 100 a 120ml, acondicionados em embalagem original do fabricante, com o nome do responsável técnico, o lote, data de fabricação, de validade de no mínimo, 18 meses (ou no mínimo prazo de validade igual a 75% da validade final do produto) e a inscrição proibido a venda no</p>		100	R\$ _____	R\$ _____



	comércio estampados na parte externa. Frasco				
02	Protetor solar hipoalergênico com FPS 50, com apresentação em frasco entre 100 a 120ml, acondicionados em embalagem original do fabricante, com o nome do responsável técnico, o lote, data de fabricação, de validade de no mínimo, 18 meses (ou no mínimo prazo de validade igual a 75% da validade final do produto) e a inscrição proibido a venda no comércio estampados na parte externa. Frasco		100	R\$ _____	R\$ _____
03	Repelente spray eficaz contra: mosquitos, pernilongos, carrapatos, borrachudos, muriçocas, pulgas, entre outros, proteção por até 5 horas. Fácil aplicação. Embalagem de 200 ml, contendo dados do fabricante data de fabricação, prazo de validade. Unidade.		100	R\$ _____	R\$ _____
VALOR TOTAL:					R\$ _____

LOTE 005

ITEM	ESPECIFICAÇÃO OBJETO	MARCA/MODELO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Capa de chuva em pvc laminado, soldada eletronicamente, com manga e capuz e botões de pressão no fechamento. Com faixas refletivas. Unidade.		50	R\$ _____	R\$ _____
VALOR TOTAL:					R\$ _____

LOTE 006

ITEM	ESPECIFICAÇÃO OBJETO	MARCA/ MODELO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Kit de primeiros socorros deve Incluir: 1 Tesoura de 9 cm, 1 Manta de emergência (210 cm x 160 cm), 1 Bandagem triangular (96 cm x 96 cm x 136 cm), 1 Torniquete (2,5 cm x 36 cm), 1 Atadura para dedo (2,5 cm x 450 cm), 2 Gazes (5 cm x 5 cm), 1 Lanterna de mão (10 cm x 5,5 cm x 2,5 cm), 1 Assobio de liga de alumínio, 1 Cartão multifunções, 3 Toalhas de álcool desinfetante, 1 Bandagem elástica (8 cm x 400 cm), 1 Manual de uso, 1 Bolsa de primeiros socorros, 10 Band-aid, 10 Álcool pad, 1 Saco de gelo, 1 Tecido não elástico. Unidade		20	R\$ _____	R\$ _____
VALOR TOTAL:					R\$ _____

2.2. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelo objeto ora contratado, o valor total de R\$ XXXXXXX (_____), a serem pagos conforme for ocorrendo a entrega, **sob demanda**, mediante Ordem de Fornecimento emitida pela **Gerência de Qualidade de Vida no Trabalho** da CONTRATANTE.

2.3 Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, transporte, seguros, encargos sociais, etc.).

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

3.1. O pagamento será efetuado pela **CONTRATANTE** em favor da **CONTRATADA** conforme definido na cláusula segunda, sub cláusula 2.2., mediante nota de ordem bancária a ser depositada em conta corrente, no valor correspondente, na data fixada de acordo com o **artigo 39, § 2º do Decreto nº 835/2017**, bem como, em conformidade Decreto Estadual nº 8.199/2006 e **Decreto Estadual nº 1.349/2018**, após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato da **CONTRATANTE**;

3.1.1. O prazo de pagamento não será superior a **30 (trinta) dias**, contados a partir da data do atesto da Nota Fiscal pelo fiscal do contrato;

3.2. As Notas Fiscais/Faturas devem ser emitidas em nome de **ESTADO DE MATO GROSSO, com o CNPJ nº. 03.507.415/0023-50** e protocoladas na Gerência de Protocolo da CONTRATANTE, com todos os documentos necessários para pagamento, indicando a **Gerência de Qualidade de Vida no Trabalho** como setor de destino e como interessada a própria CONTRATADA, para serem devidamente conferidas e atestadas pelo fiscal de contrato;

3.2.1. Caso a **CONTRATADA** não tenha escritório ou representante no município sede da **CONTRATANTE**, a mesma poderá encaminhar a Nota Fiscal e respectivos documentos exigidos no pagamento via correio, no seguinte endereço: Rua C esquina com a Rua F, Centro Político Administrativo, aos cuidados da **Gerência de Qualidade de Vida no Trabalho**.

3.3. A **CONTRATADA** deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição detalhada do objeto, período de entrega/execução, dados da requisição e quantitativo do item, o número do contrato, e o nome do banco, agência e conta corrente onde deverá ser feito o pagamento;

3.4. O pagamento somente será efetuado mediante a apresentação dos documentos abaixo, e outros que se fizerem necessários, conforme o caso, nos termos da legislação vigente:

a) Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda da sede ou domicílio do credor;

b) Certidão Negativa de Débitos Gerais e Tributos Municipais;

c) Prova de regularidade relativa à Débitos Trabalhistas (CNDT) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), quando o Poder Executivo do Estado de Mato Grosso for solidário na obrigação;

d) Certidão Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União e Previdenciária;

e) Certidão Negativa de Débitos Inscritos na Dívida Ativa do Estado (PGE);

3.5. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, fato que não gera direito a reajuste de preços ou à atualização monetária;

3.6. Constatando-se qualquer incorreção na nota fiscal, bem como, qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo constante no item acima fluirá a partir da respectiva data de regularização;

3.7. O pagamento efetuado à **CONTRATADA** não isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia;

3.8. Havendo acréscimos dos quantitativos, isto imporá ajustamento no pagamento, pelos preços unitários constantes da proposta de preços, em face dos acréscimos realizados;

3.9. No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor devido, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE do período compreendido entre a data final do adimplemento e a do efetivo pagamento;

3.10. O valor devido deverá ser acrescido de juros moratórios de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, apurados desde a data prevista para o pagamento até a data de sua efetiva realização;

3.11. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado;

3.12. Os pagamentos não realizados dentro do prazo, motivados pela **CONTRATADA**, não serão geradores de direito a reajustamento de preços;

3.13. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à **CONTRATADA**, ou inadimplência contratual;

3.14 O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela **CONTRATADA**, que conterá o detalhamento dos serviços executados;

3.14.1. O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela **CONTRATADA** com os serviços efetivamente prestados;

3.15. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a **CONTRATADA** providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a **CONTRATANTE**;

3.16 Antes do pagamento, a **CONTRATANTE** realizará consulta on-line aos sites oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da **CONTRATADA**, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento;

3.17 Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

3.18 A **CONTRATANTE** não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring";

3.19 As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da **CONTRATADA**;

3.20 A **CONTRATANTE** não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto deste contrato, correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Secretaria de estado de Meio Ambiente de Mato Grosso, através da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão/Unidade: 27101 – SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
Projeto Atividade: 2125
Natureza de Despesa: 339030
Fonte de Recurso: 195

4.2. As despesas decorrentes do objeto contratado, no exercício seguinte, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da **CONTRATANTE**.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1. O fornecimento dos produtos deverá ser realizado **sob demanda**, e deverão ser entregues em até **60 (sessenta) dias úteis**, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento.

5.1.2. No ato do recebimento será emitido um termo de recebimento provisório para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação

técnica. Assim, a **CONTRATANTE** terá **07 (sete) dias** para sua análise e, aceitando o material, emitirá o recebimento definitivo do objeto.

5.2 A CONTRATADA deverá entregar o objeto contratado na **Gerência de Almoxarifado ACOMPANHADA PELA GERÊNCIA DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO – SEMA/MT, segunda-feira à sexta-feira das 13 às 18hs**, e deverá ser acompanhada pelo fiscal do contrato, com endereço situado na Rua C, esquina com a Rua F, S/N – Centro Político Administrativo – Secretaria do Estado do Meio Ambiente – Cuiabá-MT.

5.3 Caso a conformidade não puder ocorrer dentro do prazo fixado, a **CONTRATANTE** deverá comunicar formalmente a **CONTRATADA** a prorrogação do prazo até o penúltimo dia do prazo estabelecido.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas contratuais e as normas da Lei nº 8.666/93, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

6.2. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante da **Gerência de Qualidade de Vida no Trabalho** da **CONTRATANTE**, com atribuições específicas.

6.3 Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores.

7. CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

7.1. Será designado, pela, **CONTRATANTE** um servidor qualificado ou uma comissão para exercer a fiscalização do contrato, que terá, dentre outras, a incumbência de solicitar à **CONTRATADA** o afastamento ou a substituição de profissional que considere ineficiente, incompetente, inconveniente ou desrespeitoso com pessoas da **CONTRATANTE** ou terceiros ligados aos serviços.

PARÁGRAFO ÚNICO - O exercício da fiscalização pela **CONTRATANTE** não excluirá nem reduzirá as responsabilidades de competência da **CONTRATADA**.

7.1.2 Antes da entrega definitiva dos materiais, e em até 20 dias do recebimento da ordem de fornecimento, deverá ser agendado com a Gerência de Qualidade de Vida no Trabalho (pelo telefone 3613-7332) visita para apresentação de amostra dos materiais, juntamente com a especificação técnica, de acordo com as especificações do item 7 e o **Anexo I** do Termo de Referência nº. **081/GQVT/2017**, sendo que a amostra não fará parte da quantidade dos itens solicitados.

7.2. Após a homologação das especificações técnicas da amostra a empresa terá até 30 dias para fazer a entrega definitiva, em única parte, dos materiais descritos na Ordem de Fornecimento.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Assinar o contrato no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contados a partir do recebimento da convocação formal, bem como, receber a Ordem de fornecimento a ser emitida pela **Gerência de Qualidade de vida no Trabalho**;

8.2 Quando da assinatura do contrato, indicar o nome do preposto para representa-la, nesta Capital, sempre que for necessário, durante o período de vigência do Contrato.

8.2.2. Efetuar a entrega dos equipamentos, de acordo com as especificações constantes no item 5 acima, dentro do prazo estipulado no item 5.1 e conforme a Ordem de Fornecimento.

8.3 A **CONTRATADA** deverá fornecer e entregar os materiais dentro dos padrões contratados e estabelecidos pela **CONTRATANTE**, de acordo com a especificação constante do Termo de Referência nº. **081 - GQVT/2017** e anexos, do edital e proposta apresentada, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de condição estabelecida;

8.4. Durante a entrega dos materiais, a **CONTRATADA** é obrigada a prestar informações sobre o andamento do mesmo, e, caso ocorra imprevistos a **CONTRATADA** deverá notificar de imediato a Contratante sobre o fato, assim como as devidas medidas que serão tomadas visando à normalização da entrega dos produtos em aquisição.

8.4.1. **CONTRATADA** deverá no dia da entrega levar ajudantes para fazer a descarga dos bens.

8.5. Substituir, as suas expensas, no prazo de **20 dias úteis**, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste Termo, ou que apresentem defeitos ou vício de qualidade;

8.6. Fornecer garantia, conforme previsto no edital e Termo de Referência nº. 081 - GOVT/2017 e anexos;

8.7 A **CONTRATADA** será responsável pelo transporte dos produtos até o local da sua entrega;

8.8. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**;

8.9. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas para sua contratação;

8.10. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados, sobre os produtos ofertados;

8.11. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela **CONTRATANTE**;

8.12. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do produto;

8.13. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto adjudicado, sem prévia e expressa anuência da Secretaria de Estado de Meio Ambiente;

8.14. Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE** qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

8.15. Em havendo necessidade, aceitar os acréscimos ou supressões nos quantitativos que se fizerem indispensáveis, sempre nas mesmas condições da proposta, na forma do preceituado no art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93;

8.16. Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações, na Lei nº. 10.520/2002 e Decreto Estadual nº 840/2017.

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Emitir ORDEM DE FORNECIMENTO/SERVIÇO a cada solicitação, estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

9.2. Receber os **produtos** contratados, nos termos, prazos, qualidade e quantidade, conforme condições estabelecidas neste contrato e no Edital de Pregão Eletrônico nº--
-----;

9.3. Proporcionar todas as **condições necessárias** para que a **CONTRATADA** possa cumprir suas obrigações dentro das normas e à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da **CONTRATADA** em suas dependências, desde que observadas as normas de segurança;

9.4. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste Termo de contrato e no Edital;

9.5. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

9.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado;

9.7. Comunicar à **CONTRATADA** sobre possíveis irregularidades observadas nos bens fornecidos, para imediata substituição;

9.8. Notificar a **CONTRATADA** de qualquer irregularidade encontrada durante a execução do contrato.

9.8.1. Devolver com a devida justificativa, qualquer produto e/ou serviço entregue fora dos padrões e normas constantes da proposta da **CONTRATADA**;

9.8.2. A Contratante enviará à Contratada a arte final necessária à confecção das camisetas, que poderá ser igual ou diferente a do modelo constante no Anexo I do termo de referência;

9.8.3. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**.

9.9. A gestão e fiscalização do contrato serão exercidas através de servidor (es) especialmente designado (s) na forma prevista na Lei 8.666/93 e suas alterações, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução e que de tudo dará ciência a **CONTRATADA**;

9.10. Ao Fiscal do Contrato, designado oficialmente pela **Gerência de Qualidade de Vida no Trabalho** cabe, no mínimo:

- a) Acompanhar a execução, bem como o controle dos serviços.
- b) Prestar informações e esclarecimentos ao preposto da contratada, sempre que for preciso.
- c) Notificar a CONTRATADA sobre situações irregulares.
- d) Fiscalizar a execução do contrato, devendo estar condizente com a legislação pertinente.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA

10.1. A vigência do presente contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura do contrato.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis;

11.2. Tal rescisão poderá ocorrer a qualquer tempo mediante comunicação oficial de no mínimo **30 (trinta) dias** de antecedência à outra parte;

11.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à **CONTRATADA** o direito a prévia e ampla defesa;

11.4. A **CONTRATADA** reconhece os direitos da **CONTRATANTE** em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/93;

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES

12.1. No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com o contratante, as sanções administrativas aplicadas à contratada serão:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a administração;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;

12.1.2. O atraso no prazo de fornecimento dos produtos implicará multa correspondente a 1% por dia, calculado sobre o valor total do contrato, até o limite de 30% desse valor:

12.2. Caracterizarão o descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas no subitem 12.1 desta cláusula:

- a) A interrupção do fornecimento dos produtos por período superior a 30 (trinta) dias;
- b) A verificação de atraso na entrega dos produtos por mais de 10 (dez) dias consecutivos;
- c) A verificação de atraso na entrega dos produtos por mais de 30 (trinta) dias não consecutivos;

12.2.1. A multa a que se refere o subitem 12.1 será descontada dos pagamentos devidos pela **CONTRATANTE**, da garantia contratual ou cobrada diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas neste subitem;

12.3. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente e indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério da **CONTRATANTE**;

12.4. Sempre que não houver prejuízo para a **CONTRATANTE**, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a seu critério.

12.5. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da **CONTRATADA**, na forma da lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA GARANTIA CONTRATUAL

13.1. A licitante vencedora prestará garantia no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da devida notificação pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente, em percentual equivalente a 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, podendo optar por quaisquer das modalidades previstas no Art. 56, da Lei 8.666/93 e alterações, a saber:

13.1.2. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

13.2. Seguro-garantia; e

13.3. Fiança bancária.

13.4. Em se tratando de fiança bancária, deverá constar do instrumento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos Arts. 827 e 835 do Código Civil;

13.5. Os depósitos para garantia das obrigações decorrentes da execução do contrato, quando em dinheiro, serão obrigatoriamente efetuados no Banco do Brasil, mediante depósito caução ou transferência bancária, em conta específica, com correção monetária, em favor da CONTRATANTE, na conta e agência a seguir informada:

AG: 3834-2 BANCO DO BRASIL

C/C : 1.042.456-3

IDENT.: SEMA/CAUÇÃO

13.6. Em se tratando de título da dívida pública, o valor a ser considerado será o de mercado, aferido na bolsa na data de realização do Pregão devendo-se, além do título, apresentar documento que comprove o seu valor em bolsa praticado no segundo dia útil anterior ao da assinatura do contrato;

13.7. No caso da licitante optar pela apresentação do seguro-garantia, a apólice deverá conter cláusula de "não-cancelamento" e, ainda, da previsão expressa de cobertura de multas contratuais;

13.8. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais **03 (três) meses após o término da vigência contratual**, devendo ser renovada em caso de prorrogação contratual, conforme previsto na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 05, DE 25 DE MAIO DE 2017 e alterações posteriores;

13.9. A CONTRATANTE poderá utilizar o valor da garantia prestada para descontar os valores referentes a eventuais multas aplicadas à CONTRATADA, bem como nos casos decorrentes de inadimplemento contratual, e de indenização por danos causados ao patrimônio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente ou de terceiros, ocorridos nas suas dependências;

13.10. A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída após a execução deste Contrato, quando verificada que não existam pendências junto à Administração e outros encargos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO DIREITO DE PETIÇÃO

14.1. No tocante a recursos, representações e pedidos de reconsideração, deverá ser observado o disposto no art. 109 da Lei nº 8.666/93.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, que, a critério da **CONTRATANTE**, se façam necessários, até o limite de 25% do valor global deste contrato;

15.1.1. As supressões poderão ultrapassar o limite acima estabelecido, havendo acordo entre as partes.

15.2 A **CONTRATANTE** poderá revogar este contrato, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

15.2.1 A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente, impedindo efeitos jurídicos que nele, ordinariamente, deverá produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido;

15.2.2. A nulidade não exonera a **CONTRATANTE** do dever de indenizar a **CONTRATADA** pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo a responsabilidade de quem lhe deu causa.

15.3 Não será permitido subcontratar, ceder ou transferir no total ou parcial o objeto contratado;

15.4 A **CONTRATADA** se obriga a manter o mais absoluto sigilo e confidencialidade com relação a todas e quaisquer informações que venham a ser fornecidas pela **CONTRATANTE**, devendo ser tratadas como informações confidenciais, salvo aquelas prévia e formalmente classificadas com tratamento diferenciado pela **CONTRATANTE**.

15.4.1. A **CONTRATADA** se obriga, ainda, a não revelar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que nenhum de seus diretores, empregados e/ou prepostos faça uso das informações da **CONTRATANTE**.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS



16.1 Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste contrato serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei federal 8.666/93, na Lei nº. 10.520/2002 e demais normas federais e estaduais, e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na lei nº. 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1. Fica eleito o foro da cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

E, por se acharem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais.

Cuiabá - MT, ____ de _____ de 2018.

Secretaria de Estado de Meio Ambiente

Representante da Contratada

TESTEMUNHAS:

1. _____
CPF: _____

2. _____
CPF: _____



ANEXO I

MODELO - TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

IDENTIFICAÇÃO	
Contrato: ____/2018	Nº da OF:
Objeto:	
Contratante: SEMA-MT	
Contratada:	

Por este instrumento, atestamos, para fins de cumprimento do disposto no artigo 73, inciso I, alínea "a" da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e do **item XXX** do contrato em tela, que os serviços/bens relacionados na O.F. acima identificada, foram recebidos nesta data e serão objetos de avaliação quanto à conformidade de qualidade. Ressaltamos que o recebimento definitivo destes bens ocorrerá em até **_____ dias**, desde que não ocorram problemas técnicos ou divergências quanto às especificações constantes do Termo de Referência correspondente ao Contrato supracitado.

DE ACORDO	
CONTRATANTE:	CONTRATADA:
<hr/>	<hr/>
Fiscal do Contrato	Preposto
Nome:	Nome:
Matrícula:	Qualificação:

Cuiabá-MT, _____ de _____ de 2018.



ANEXO II

MODELO - TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

IDENTIFICAÇÃO	
Contrato: ____/2018	Nº da OF
Objeto:	
Contratante: SEMA-MT	
Contratada:	

Por este instrumento, os servidores abaixo identificados, para fins de cumprimento do disposto na artigo 73, inciso I, alínea "b" da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e do **item** XX do contrato em tela, atestam que o(s) fornecimento(s) ou bem(ns) integrantes da Ordem de Fornecimento acima identificada possui(em) qualidade compatível com a especificada no Termo de Referência do contrato supracitado.

FISCAL DO CONTRATO	SETOR DEMANDANTE
<p>_____ Nome:</p> <p>Matrícula:</p>	<p>_____ Nome:</p> <p>Matrícula:</p>

Cuiabá-MT, ____ de ____ de 2018.



PORTARIA Nº ____

Designa Servidores para atuarem na Fiscalização
do Contrato nº 0____/2018.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 71, inciso IV, da Constituição Estadual e do art. 3º, da Lei Complementar nº 566, de 20 de maio de 2015, que dispõe sobre a organização administrativa do Poder Executivo Estadual;

Considerando as competências atribuídas ao Secretário de Estado de Meio Ambiente, nomeado pelo Ato Governamental n.º 22.307/2017 de 19/12/2017.

RESOLVE:

Art. 1º Designa os servidores indicados no Anexo Único da presente Portaria para, sem prejuízo de suas atribuições, exercerem respectivamente os cargos de fiscal e fiscal substituto do contrato nº 0____/2018, conforme os termos da Portaria nº 175, publicada no Diário Oficial de 04/03/2016.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, surtindo efeitos retroativos a data do início da vigência contratual.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Cuiabá, ____ de ____ de 2018.



Secretário de Estado de Meio Ambiente
SEMA – MT

Representante da Contratante - SEMA

Anexo Único

Nº Contrato/Instrumento	Contratado	Data da Assinatura	Servidores Designados
____/20__		____/____/____	Titular: Substituto: